

Atlas de Portugal [Continental] conforme às políticas europeias em matéria de Urbanismo e Ordenamento do Território

A construção de um Atlas que garanta a visualização da situação do país face aos principais temas que surgem como referência para o U&OT nos documentos políticos europeus, responde à necessidade de conhecer o território nacional para promover acções específicas em sede de planeamento e ordenamento que garantam o desenvolvimento coerente e suportado do território assegurando aos cidadãos acesso a condições que promovam a sua qualidade de vida.

Como o presente trabalho disponibiliza-se uma base de referência ao nível do continente português dos principais indicadores que correspondem às preocupações políticas europeias no domínio do território. A necessidade de promover um território coeso, participado e preparado para garantir a qualidade de vida dos seus utilizadores sem hipotecar o futuro das gerações vindouras (cf. CLRAE, 1992, EU, 2007a & EU, 2007b), está suportado no conhecimento específico dos factores que condicionam, ou podem condicionar esse processo.

A necessidade de um equilíbrio territorial, entre as áreas mais urbanizadas e as áreas rurais (cf. EU, 2007b) assume-se como um ponto de partida para a definição da estrutura do trabalho aqui apresentado. A necessidade de entender as paridades e disparidades do território, as ofertas e as debilidades entre as áreas mais urbanizadas e as áreas mais rurais, evidencia a necessidade de estratificar o território segundo os seus níveis de urbanização. Garante-se assim a análise separada de duas realidades distintas, por um lado as áreas urbanizadas, com concentrações humanas mais elevadas e que exigem serviços específicos, por outro as áreas rurais, muitas vezes em abandono, que interessa entender até que ponto a oferta ou falha nas condições existentes para a promoção da qualidade de vida nessas áreas condiciona a fixação de população.

O Atlas que se apresenta [Atlas de Portugal (Continental), Conformar às Políticas Europeias em matéria de U&OT – AP_PEUOT] é a imagem de Portugal Continental, em 2001 – ano de disponibilização dos dados referentes ao último Censo – com os indicadores seleccionados com base nos documentos, políticas e princípios europeus sobre U&OT, apresentando-se também uma evolução histórica entre os anos de 1991 e 2001 – anos de recenseamento geral da população e da habitação – estratificados em áreas urbanas, mediantemente urbanas e rurais com base no trabalho do INE/DGOTDU de 1998 (cf. INE/DGOTDU 1998) (cf. Ponto 3.1.2 do presente trabalho).

A selecção de dados para o Atlas de Portugal Continental conforme às políticas europeias em matéria de U&OT - AP_PEUOT

A escolha dos dados que compõem o AP_PEUOT tem em consideração os documentos políticos europeus ajustando-os os diferentes factores à realidade portuguesa. A indisponibilidade de dados para alguns factores que interessa conhecer deixa em aberto um conjunto de incertezas face a certos dados que interessava, com rigor, entender. Não deixamos de reflectir nesse aspecto evidenciando, sempre que pertinente, os dados que, em Portugal e ao nível da freguesia, não se encontram disponíveis, impossibilitando uma análise detalhada.

Embora pertinente, não foi incluída a análise à parte física do território (factores físicos naturais) que se assume igualmente como um factor a ser estudado para garantir conforto e bem-estar às comunidades locais, protegendo e valorizando os recursos naturais existentes. Neste campo destaca-se a existência de um Atlas Português do Ambiente, editado pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA, 2008), que pode servir de base à planificação territorial, evidenciando a existência de um documento geral, comparável e que permite a comparabilidade, para os factores físicos do território, faltando no entanto uma análise específica para o Ordenamento do Território e para o urbanismo.

No âmbito físico a Agência Europeia do Ambiente (AEA) estabeleceu um conjunto de indicadores comuns sobre as cidades europeias no trabalho “Towards the Urban Atlas” (European Environment Agency [EEA], 2002). Este trabalho, conjunto entre a Agência Europeia do Ambiente e o Joint Research Centre da Comissão Europeia, tem por base o projecto Europeu Murbandy/Moland [Monitoring Urban Dynamics/ Monitoring Land Use Changes) cujo objectivo consiste na avaliação das dinâmicas urbanas através de bases de dados sobre uso do solo de várias cidades Europeias. Este trabalho apresenta um conjunto de três indicadores, eminentemente físicos, que se centram no uso do solo, na área florestal, na área verde, área construída e população urbana. Para cada um destes temas são estabelecidos indicadores que permitirão a análise e monitorização das áreas urbanas quanto ao seu ambiente natural. Este trabalho, incidindo na questão urbana, não deixa de estar mais relacionada com o ambiente nas áreas urbanas do que com o crescimento e planeamento das cidades, embora o inclua na análise.

O presente trabalho apenas aborda as questões sociais e de incidência urbanística, não sendo de todo assumido que os factores ausentes sejam menos importantes ou entrem do que aquela que aqui é apresentada sendo a inexistência de dados a razão maior para essa situação.

A selecção de dados teve como condicionantes:

- A existência, para todo o território continental português, de valores para os anos de referência – 1991 e 2001 – ao nível territorial da freguesia;
- A pertinência dos factores a incluir para o U&OT, face às políticas Europeias;
- A possibilidade de cruzamento da informação entre os diferentes dados existentes;
- A disponibilização livre dos dados por parte das entidades detentoras, assumindo que se devem trabalhar os dados disponibilizados acessíveis à população em geral como forma de garantia de sistemas inclusivos de participação, aliás como é requerido pela União Europeia.

Foram seleccionadas três fontes de informação, uma cartográfica e duas de dados estatísticos:

- Cartográfica:
 - o A Carta Oficial de Portugal [CAOP], disponibilizada pelo Instituto Geográfico de Portugal [IGP] no ano de referência dos Censos 2001, por terem existido entre esse ano e 2008 reconfigurações administrativas que impossibilitariam a utilização dos dados alfanuméricos dos anos censitários e a base geográfica mais actual;
- Dados:
 - o Os Recenseamentos Gerais da População [Censos] de 2001 e 1991 e;
 - o Os dados da Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População [CESAP] do INE de 2002 – ano que difere dos dados censitários mas, devido à valorosa informação disponível nesta base, e à proximidade entre o ano censitário e o ano de referência desta base nos pareceu útil incluir.

Com base nestes aspectos foram seleccionados os dados a incluir com respeito às temáticas abordadas nos documentos Europeus de Referência.

Os dados existentes e inexistentes

O sistema estatístico nacional apresenta um conjunto de bases que permitem, embora de forma complexa, entender o estado do território face a um conjunto significativo de temas. A maior dificuldade reside o facto de, no decorrer das últimas décadas, o Instituto Nacional de Estatística, embora tenha acrescentado um conjunto importante de bases de dados estatísticas, não apresentar de forma útil, referenciada e possível de relacionar os dados que recolhe e produz. Da simples incoerência na disponibilização de dados ao nível administrativo mais aproximado – a freguesia – à persistente inclusão – e remoção – de variáveis, torna difícil uma leitura temporal útil que sirva de suporte à análise com pertinência para o urbanismo.

Apontamos como causa provável desta falha, na apresentação de dados que suportem o Ordenamento do Território e o urbanismo, em quatro aspectos essenciais e que, de forma generalizada estão também na base de outros problemas que o urbanismo apresenta em Portugal, e que se passam por:

- Uma falha na formação específica em urbanismo e ordenamento do território – implicando cada vez mais um percurso baseado no empirismo – e que pode ser a causa da alteração na forma de apresentação e disponibilização dos dados;
- Uma falha no entendimento geral, resultante – talvez – da falha formativa, das necessidades efectivas do urbanismo em termos de referências estatísticas coerentes e dedicadas pensando na disponibilização de informação que interesse a escolha com base no factor económico, mais do que no factor social;
- Uma persistente tentativa de ir atrás do que é moda ao invés de tentar gerar uma reflexão – fundamentada – sobre as reais necessidades dos dados para cada um dos vários sectores que deles dependem;
- Desconhecimento das orientações europeias sobre a matéria.

Por influência da União Europeia os dados estatísticos começam, agora, a ser entendidos como um recurso para o conhecimento e como uma ferramenta de divulgação obrigatória para que a sociedade possa entender a situação actual, reconhecer os problemas e ver as tendências, como forma de poder agir em conformidade com as situações. No decorrer dos últimos anos – essencialmente a partir de 2006 – o Instituto Nacional de Estatística renovou a sua base acessível na Internet (www.ine.pt), aproximando-se dos sistemas estatísticos internacionais, permitindo o acesso universal a um vasto conjunto de indicadores – variáveis – de forma mais directa e facilmente importada em caso de

necessidade. Mas a tendência em conservar os dados como fonte de informação privilegiada, comum até há poucos anos, se tende a diluir-se, revela a paupérrima base de conhecimento que possuímos face ao estado da sociedade e, no que para aqui interessa, do território.

O sistema nacional de estatística está centralizado no INE, sendo esta entidade a responsável pela disponibilização de estatísticas para todas as áreas temáticas mesmo que provenientes de outros organismos públicos que tutelam cada uma das áreas. Em termos de ordenamento do território reconhece-se, pelo menos, desde a década de 1990 uma aproximação do INE à Direcção Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento urbano [DGOTDU]. O trabalho publicado em 1998 sobre a tipologia das áreas [freguesias] portuguesas, onde em conjunto o INE e a DGOTDU apresentaram uma tipificação assente em três categorias, do mais urbano ao mais rural, apresenta-se como uma ferramenta útil ao ordenamento do território par mais quando a categoria de cidade está refém do cumprimento de um conjunto de requisitos (Lei 11/82 de 2 de Junho) que não permitem a verificação do nível de urbanidade desses territórios.

O problema de um sistema pouco preparado para a disponibilização de dados para o urbanismo, muito – reconheça-se – pela não solicitação desses dados por quem tem praticado actos próprios do urbanismo, é um ponto negativo que transtorna uma visão suportada e fundamentada das condições do território – e da sociedade – com o objectivo de elaborar Planos Urbanísticos coerentes e que resolvam os problemas dos cidadãos. Reconhece-se aqui um contributo para a análise efectuada anteriormente e que remete o urbanismo actual – ou o que tem sido praticado – para um conjunto de técnicas díspares, pouco fundamentadas, resultado de um coser de várias áreas – manta de retalhos – onde a análise, poucas vezes, se conecta com a realidade e, também grave, com as soluções preconizadas.

A selecção das unidades territoriais

Em Portugal a elevação à categoria de *cidade* é um acto administrativo e pouco dinâmico uma vez que, caídas as condições que levaram o aglomerado a essa categoria, o título permanece mesmo que a estrutura urbana se afaste daquilo a que podemos considerar cidade, como diz O. Ribeiro (1969/1994: p. 173), “*corresponde a uma herança do passado*”.

O Instituto Nacional de Estatística, em 2002, lançou o Atlas das Cidades de Portugal (INE, 2002) que incide sobre as áreas urbanas das cidades reconhecidas oficialmente (cidades oficiais). Esta metodologia faz incluir no mesmo estudo cidades com fraca dimensão urbana que, quer por razões históricas, como por exemplo Pinhel, elevada à categoria de cidade em 1770 e que, em 2001, apresentava 2578 habitantes, ou por outras que dificilmente se entendem, como Valpaços, elevada à categoria em 1999 e que, em 2001,

apresenta em 3751 habitantes (INE, 2002) ou Vila Nova de Foz Côa que, no mesmo ano apresentava 2823 habitantes (INE, 2002), tendo sido elevada à categoria de cidade em 1997. Neste estudo, por não ser cidade, a vila de Cascais, com 33275 habitantes, não está incluída, embora se reconheça a sua vertente eminentemente urbana. Para o presente trabalho, longe de uma análise às razões que levam o Estado a reconhecer um aglomerado como Cidade, pois está Legalmente consagrado através da Lei 11/82 de 2 de Junho, interessa reflectir numa forma de, com coerência, efectuar um estudo que permita um entendimento geral do espaço urbano português.

O Conselho Superior de Estatística [CSE] aprovou, através da Deliberação n.º 158, de 3 de Junho de 1998, Deliberação 488/98 de 11 de Setembro, publicada na II Série do Diário da República nº 210/98 (Conselho Superior de Estatística [CSE], 1998), a tipologia de áreas consoante o seu nível de urbanização em três categorias, Área Predominantemente Urbana, Área Mediamente Urbana e Área Predominantemente Rural. Por sua vez, o mesmo Conselho, na 344ª deliberação, a 9 de Janeiro de 2008 (CSE, 2008), considera importante a revisão desta classificação devido à necessidade de, para além da revisão da pertinência da classificação de 1998, mandar elaborar e propor uma metodologia que permita a desagregação da informação estatística em novas unidades territoriais, assentes nas existentes subsecções estatísticas permitindo a delimitação do espaço urbano, a classificação das freguesias segundo os critérios de urbanização (já definidos em 1998), permitir a definição da população urbana e da população rural, garantindo a comparabilidade com as versões e unidades já existentes. Podemos considerar que, passados dez anos da Tipificação das freguesias portuguesas em padrões de urbanização, o CSE tenta adequar o Sistema Estatístico Nacional a uma realidade, incontornável, onde a simples definição de unidades administrativas como base para os cálculos estatísticos pouco contribui para a correcta análise do território.

Sendo uma deliberação recente é natural que os dados a que se refere estejam ainda em preparação. Pensamos que o trabalho aqui desenvolvido, para além de suportar a preocupação do CSE, permitirá uma análise concreta ao território nacional e à sua situação urbanística. Por outro lado não parece estar esgotada a necessidade de entender os dados estatísticos que interessa disponibilizar para um acompanhamento eficaz da evolução do país face às preocupações internacionais.

Para o desenvolvimento do trabalho utilizaremos a informação existente no INE ao nível da freguesia. Ao seleccionarmos a freguesia, unidade administrativa mais reduzida, mesmo reconhecendo que apresentam diferenças consideráveis quer na dimensão geográfica quer na dimensão populacional, permitimos a disponibilização da informação agregada, uma visão geral do território, e, se necessário, com o recurso às bases que serviram de suporte à realização do AP_PEUOT, uma aproximação a uma escala maior que permite o trabalho específico de análise de áreas mais reduzidas.

A utilização da Classificação das Freguesias determinadas pelo Instituto Nacional de Estatística e pela Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (INE/DGOTDU) em 1998 (CSE, 1998) foi escolhida por ser a definição oficial

existente na tipificação dessas unidades territoriais. Como ponto de partida devemos utilizar esta definição mesmo considerando que após 10 anos possa não corresponder à realidade verificada.

A Deliberação do CSE de 1998 identifica as áreas urbanas como:

Freguesias Urbanas

- Inclui as freguesias consideradas urbanas e as semi-urbanas a ela agregadas, as freguesias que se constituam como urbanas segundo critérios de funcionalidade/planeamento e as sedes de Concelho com população residente superior a 5 000 habitantes;
 - o A densidade populacional base para as freguesias urbanas é de 500hab/km² [5hab/1ha] ou superior com uma população total no aglomerado superior a 5 000 habitantes.

Freguesias Mediamente Urbanas

- As freguesias semi-urbanas que não estejam incluídas em áreas urbanas e as sedes de concelho com menos de 5 000 habitantes;
 - o A densidade populacional das freguesias semi-urbanas deve estar entre os 100hab/km² [1ha/ha] e os 500hab/km² [5hab/ha] ou a freguesia que integre um lugar com população entre os 2 000 e os 5 000 habitantes

Freguesias Rurais

- Todas as restantes freguesias que não se enquadrem nas tipologias anteriores.

A tipologia nacional ajusta-se à definição dada pelo Eurostat [cf. EUROSTAT, 1999] à tipificação dos aglomerados embora se ajuste à realidade portuguesa. A densidade das áreas consideradas *densamente povoadas* apresentam, quer para o sistema nacional quer para o Eurostat, 500hab/km² [5hab/ha], embora a nível europeu sejam apenas considerados os aglomerados com 50 000 ou mais residentes – naturalmente desajustado da dimensão nacional que é 10 vezes inferior à do eurostat que considera apenas os aglomerados com 50 000 habitantes, ou mais, enquanto em Portugal se considera 5 000, ajustando às características portuguesas. De igual forma a densidade considerada para as áreas intermédias é de 100 hab/km² [1hab/ha], cuja tipologia nacional segue, e todas as outras áreas, classificadas como *pouco povoadas*. A tipologia portuguesa segue o definido pelo eurostat embora apresente um valor de referência para o aglomerado urbano inferior, justificado pela dimensão do nosso território.

Noutros sistemas europeus podemos encontrar soluções que se adequam melhor ao interesse do U&OT. O governo britânico, utilizando a terminologia e definições em uso nos sistemas internacionais (cf. Department for Environmet, Food and Rural Affairs [DEFRA],

2004), atribui aos aglomerados a classificação de urbano e rural estratificando a tipologia de ocupação que estes apresentam, se mais concentrado ou mais disperso, e a dimensão global dos espaços rurais. Esta definição mais concreta permite aceder a um conjunto de informações estatísticas por aglomerado, qualquer que seja a sua dimensão, permitindo um conhecimento do território ocupado que garanta uma correcta definição das acções de planeamento (cf. DEFRA, 2004: p. 4).

A escolha da unidade freguesia, que serve também de base de referência ao Eurostat (cf. Eurostat, 1999), permite uma avaliação do território nacional na sua unidade administrativa mais desagregada que permite o trabalho em U&OT quer em áreas mais reduzidas – integrantes das freguesias – quer em áreas maiores, agrupando diferentes unidades.

Os dados incluídos no AP_PEUOT

Como base na necessidade, de conhecer o território, nos seus diferentes aspectos foi desenvolvida, em formato de Atlas, uma análise ao território continental português incidindo sobre os principais aspectos que surgem referenciados nos documentos internacionais – que se assumem como compromissos políticos – sobre a temática do território.

Para a avaliação dos dados nas unidades territoriais, para além de uma imagem geral da totalidade do território, desagregaram-se as freguesias tipificadas (cf. Ponto 3.1.2 do presente trabalho), avaliando a evolução dos diferentes factores seleccionados – entre 1991 e 2001. Este tipo de selecção estratificada permite confrontar os valores por tipo de território em análise – mais ou menos urbanizado – garantindo uma análise mais coerente dos factores seleccionados que se enquadram nas preocupações políticas europeias em matéria de U&OT.

No ponto 2.2 - apresentámos um conjunto de temas que interessa reflectir, face aos interesses políticos europeus, quando se efectua a análise do território para fins do seu ordenamento e planeamento.

Com base na informação disponível, e seguindo a metodologia definida em 3.1 -, foram trabalhados os dados estatísticos existentes ao nível da freguesia, considerando os temas gerais:

Dinâmica Territorial & População

Incluem-se neste grupo os dados referentes ao enquadramento geral do território nacional e os dados gerais da população. Os dados aqui apresentados são de carácter geral e surgem como base para o cruzamento de outros indicadores com a realidade existente. Este tema apresenta-se como factor de comparabilidade e ajuste – por permitir a verificação das valências existentes – servindo simultaneamente para apresentar de forma geral o território em análise. O factor da dinâmica populacional permite entender o factor de *atractividade* – ou *repulsão* – das unidades em estudo.

Quadro 1- Indicadores sobre Dinâmica Territorial & População incluídos no AP_PEUOT

Descritor	Unidade	Ano	Fórmula (se aplicável)	Observações
Tipologia das freguesias portuguesas	Urbanas; Mediamente Urbanas e Rurais		Com base na tipologia legal do INE/DGOTDU 1998	
Evolução das Áreas Urbanas	-	1990-2000	CORINE LAND COVER	
Área	ha	2001	-	Apresentada apenas em tabela
Evolução populacional (%)	%	1991-2001	$(\text{Pop.2001} - \text{pop1991}) / \text{pop1991} * 100$	
Densidade populacional	Hab/ha	2001	Hab/área (ha)	
Evolução da densidade populacional	hab/ha	1991-2001	$\text{hab 2001} / \text{área} - \text{hab 1991} / \text{área}$	
Evolução 1991-2001 da % de novos residentes (estimada) a 10 anos (% do total)	%	1991-2001	$((\text{pop que residia fora do concelho há 5 anos} / 5 \times 10) / \text{Pop total 2001}) - ((\text{pop que residia fora do concelho há 5 anos} / 5 \times 10) / \text{Pop total 1991})$	
Evolução 1991-2001 da % de novos residentes 5 anos na unidade (% do total populacional)	%	1991-2001	$(\text{Pop que residia fora do conc 5 anos 1991}) / \text{pop total 1991} \times 100) - (\text{Pop que residia fora do conc 5 anos 2001}) / \text{pop total 2001} \times 100)$	
Proporção de novos residentes (estimada) a 10 anos (% do total)	%	2001	$\text{Pop residente em 2001 que residia noutro concelho em 1991} / \text{pop residente em 2001} \times 100$	

Descritor	Unidade	Ano	Fórmula (se aplicável)	Observações
Proporção de novos residentes 5 anos na unidade (% do total populacional)	%	2001	Pop residente em 2001 que residia noutro concelho em 1996 / pop residente em 2001 x 100	
Descritor	Unidade	Ano	Fórmula (se aplicável)	Observações
Proporção da pop jovem (0 a 14 anos)	%	2001	Pop com 0 a 14 anos / pop total x100	
Evolução do peso da pop. jovem	%	1991-2001	$(\text{pop } 0 \text{ a } 14 \text{ anos } 2001 / \text{pop total } 2001 * 100) - (\text{pop } 0 \text{ a } 14 \text{ anos } 1991 / \text{pop total } 1991 * 100)$	
Proporção da pop idade activa (15 a 64 anos 2001)	%	2001	Pop com 15 a 64 anos / pop total x100	
Evolução do peso da pop idade activa (15 a 64 anos 2001)	%	1991-2001	$(\text{pop } 12/64^* \text{ e } +\text{anos } 2001 / \text{pop total } 2001 * 100) - (\text{pop } 5/64 \text{ e } +\text{anos } 1991 / \text{pop total } 1991 * 100)$	sabendo que em 1991 a idade activa oficial era atingida aos 12 anos, considerou-se uma distribuição uniforme de residentes no grupo etário 10-14 anos (média ano) para incluir os residentes com 12, 13 e 14 anos no grupo de pop em idade activa. O valor apurado foi então multiplicado por três e somado à pop em idade activa.
Proporção da pop 65 e + anos	%	2001	Pop com 65 ou mais anos / pop total x100	
Evolução do peso da pop. 65 e + anos	%	1991-2001	$(\text{pop } 65 \text{ e } +\text{anos } 2001 / \text{pop total } 2001 * 100) - (\text{pop } 65 \text{ e } +\text{anos } 1991 / \text{pop total } 1991 * 100)$	

Equipamentos & Serviços de apoio

Um dos factores referidos nos documentos de referência europeus em matéria de urbanismo é a disponibilização de condições para que as populações acedam aos serviços, equipamentos e infraestruturas necessárias à satisfação das suas necessidades. Avaliar estes factores obriga à utilização de duas bases de dados distintas, os Censos 1991 e 2001 (INE) e a CESAP com dados referentes a 2002 (INE, 2004). A proximidade dos anos de referência – 2001 e 2002 – e na falta de informação específica face aos equipamentos e serviços de apoio às populações para o ano censitário, obriga ao cruzamento da informação estatística de dois anos distintos. Face à proximidade, apenas um ano, das datas de referência, esta situação não se revela problemática. A inexistência de dados referentes aos Equipamentos e Serviços para um ano próximo do Censo de 1991 obriga a que não se possam efectuar análises sobre a evolução da oferta de serviços neste grupo de dados, ficando apenas a referência à situação existente para a grande maioria dos casos analisados.

De referir que existe uma diferença nas unidades territoriais existentes à data do recenseamento geral da População de 2001 e a base da CESAP 2002, a primeira – considerada para este estudo – não inclui freguesias criadas em, e depois de 2001, enquanto a segunda apresenta essas freguesias. A diferença foi acertada para a maioria das unidades territoriais através do agrupamento das freguesias criadas na configuração anterior tendo sido impossível apresentar dados referentes à freguesia de Aqualva-Cacém, do município de Sintra, por ter havido uma divisão territorial não ajustada à antiga configuração. No que respeita aos equipamentos de apoio à população há, portanto, a inexistência de dados para a freguesia de Aqualva-Cacém – agora dividida em mais de uma freguesia.

Devido à diferente abrangência dos equipamentos e serviços optou-se por estratificar este grupo segundo temas específicos que surgem como aspectos relevantes para o U&OT no âmbito das políticas europeias. Os equipamentos educativos surgem em ponto específico a que chamámos educação (3.2.3).

Comunicação [equipamentos e serviços]

A Carta de Leipzig (EU, 2007a) e a Carta Urbana Europeia (CLRAE, 1992 & CLRAE, 2004), referem a necessidade de garantir o acesso a estruturas de comunicação de forma global a todos os cidadãos. Neste campo incluímos 3 tipos de comunicação: Transportes Públicos, que deve ser entendida e complementada com o Grupo Mobilidade; Distribuição de Correio, e; Comunicação e Novas tecnologias, que inclui as redes de telecomunicações, e o serviço de Internet.

Quadro 2 - Indicadores sobre equipamentos de comunicação incluídos no AP_PEUOT

Descritor	Unidade	Ano	Fórmula (se aplicável)	Observações
Freguesias servidas com transportes públicos locais	Sim/Não	2002	CESAP	Confrontar com tema Mobilidade
Freguesias servidas com posto ou estação de correios	Sim/Não	2002	CESAP	-
Freguesias com distribuição domiciliária de correio por frequência da distribuição	Frequência	2002	CESAP	-
Freguesias por disponibilidade de redes de telecomunicação móvel (nº de redes)	Todas, duas, uma ou nenhuma	2002	CESAP	-
Freguesias servidas com internet	Sim/Não	2002	CESAP	-

Ambiente & Conforto [equipamentos e serviços]

Nesta rubrica incluem-se os indicadores referentes à satisfação das condições mínimas em termos de infraestruturação e serviços, consideradas básicas, para a de vida em sociedade. Desde os primeiros documentos internacionais de referência em matéria de U&OT que a necessidade de garantir às populações acesso a água potável, redes de saneamento e soluções de recolha e tratamento de resíduos, se estabelece como basilar. A existência destas redes e serviços, para além de assegurar os níveis de qualidade de vida básicos às populações, garantem a satisfação das condições de salubridade básicas necessárias para a garantia de existência de um ambiente qualificado.

Neste ponto incluem-se a distribuição de água, as redes e serviços de recolha de águas residuais – esgoto – e os serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos [RSU] – lixo.

Considerou-se os alojamentos servidos com electricidade e, partindo da média de habitantes por alojamento, a referência à população servida com este serviço, tendo-se procedido da mesma forma para a rede de esgoto. Havendo disponibilização de informação específica quanto à cobertura territorial das redes de recolha de águas residuais e para as redes de recolha de resíduos sólidos urbanos, procedeu-se à análise da cobertura territorial e das freguesias servidas, contemplando a percentagem de água residual cujo destino final é o tratamento e a frequência de recolha de resíduos sólidos urbanos, nas freguesias com este serviço, e a existência de recolha selectiva de resíduos sólidos urbanos. A temática apresentada nesta rubrica contempla dados que podem servir para alimentar a base de análise do território face ao ambiente.

Quadro 3 - Indicadores sobre equipamentos e serviços de Ambiente & Conforto incluídos no AP_PEUOT.

Descritor	Unidade	Ano	Fórmula (se aplicável)	Observações
Proporção de aloj com electricidade	%	2001	$\text{aloj com electricidade} / \text{total de aloj} \times 100$	
Proporção pop servida com electricidade	%	2001	$\text{Média de hab por aloj} \times \text{aloj. servidos com electricidade} / \text{pop total} \times 100$	
Evolução da % pop servida com electricidade	%	1991-2001	$((\text{pop media por aloj fam res hab}_{01} \times \text{aloj res hab servidos}_{01}) / \text{pop total}_{01} \times 100) - ((\text{pop media por aloj fam res hab}_{91} \times \text{aloj res hab servidos}_{91}) / \text{pop total}_{91} \times 100)$	
Evolução da % de fogos com electricidade	%	1991-2001	$(\text{Aloj com electricidade}_{01} / \text{Aloj fam uso hab}_{91} \times 100) - (\text{Aloj com electricidade}_{91} / \text{Aloj fam uso hab}_{91} \times 100)$	
Proporção de aloj com Água canalizada	%	2001	$\text{aloj com Água canalizada} / \text{total de aloj} \times 100$	
Proporção pop servida com água canalizada	%	2001	$\text{Média de hab por aloj} \times \text{aloj servidos com água canalizada} \times 100$	
Evolução da % pop servida com água canalizada	%	1991-2001	$((\text{pop media por aloj fam res hab}_{01} \times \text{aloj res hab servidos}_{01}) / \text{pop total}_{01} \times 100) - ((\text{pop media por aloj fam res hab}_{91} \times \text{aloj res hab servidos}_{91}) / \text{pop total}_{91} \times 100)$	
Evolução da % de fogos com Água canalizada	%	1991-2001	$(\text{Aloj com água canalizada}_{01} / \text{Aloj fam uso hab}_{91} \times 100) - (\text{Aloj com água canalizada}_{91} / \text{Aloj fam uso hab}_{91} \times 100)$	
Proporção de aloj com Sistema de Esgoto	%	2001	$\text{aloj com Sistema de Esgoto} / \text{total de aloj} \times 100$	
Proporção pop servida com sist esgoto	%	2001	$\text{Média de hab por aloj} \times \text{n.º de aloj servidos com sist de esgoto} / \text{pop total} \times 100$	
Evolução da % pop servida com sist esgoto	%	1991-2001	$((\text{pop media por aloj fam res hab}_{01} \times \text{aloj res hab servidos}_{01}) / \text{pop total}_{01} \times 100) - ((\text{pop media por aloj fam res hab}_{91} \times \text{aloj res hab servidos}_{91}) / \text{pop total}_{91} \times 100)$	

Descritor	Unidade	Ano	Fórmula (se aplicável)	Observações
Evolução da % de fogos com Sistema de Esgoto	%	1991-2001	(Aloj com sistema de esgoto_01/Aloj fam uso hab_91x100)-(Aloj com sistema de esgoto_91/Aloj fam uso hab_91x100)	
Freguesias por cobertura do sistema público de águas residuais (esgoto)	Intervalos	2002	CESAP	
Freguesias com sistema de tratamento de águas residuais (esgoto) e % da água residual tratada	0 e Intervalos	2002	CESAP	
Freguesias com sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos e cobertura (%) desse serviço	0 e Intervalos	2002	CESAP	
Freguesias por frequência de recolha de resíduos sólidos urbanos	Intervalos	2002	CESAP	
Freguesias com recolha selectiva de resíduos sólidos urbanos	Sim/Não	2002	CESAP	

Desporto [equipamentos e serviços]

A garantia de existência, e acessibilidade, a equipamentos e serviços de desporto e de cultura, surge nos documentos de referência europeus como um aspecto essencial para a promoção da qualidade de vida das populações. Neste campo a garantia de acesso a equipamentos e serviços culturais não foi incluída apresentando-se apenas a existência de equipamentos desportivos. A não inclusão dos equipamentos culturais relaciona-se com a dificuldade de assegurar ao nível da unidade territorial de referência – a freguesia – a contabilização da totalidade dos equipamentos e serviços de apoio à população que se consideram culturais. A dificuldade na recolha de informação da totalidade de equipamentos que se devem considerar como equipamentos culturais não permite que se assegure uma leitura conveniente pelo que, não deixando de referir a necessidade e pertinência da existência de um trabalho específico neste campo, não foram considerados indicadores na temática da cultura.

Os equipamentos desportivos surgem como espaços que permitem a actividade física das populações mas, também, o acesso a um conjunto de serviços e espectáculos no âmbito do desporto.

Quadro 4 - Indicadores sobre equipamentos desportivos incluídos no AP_PEUOT.

Descritor	Unidade	Ano	Fórmula aplicável) (se	Observações
Freguesias servidas com pelo menos um equipamento desportivo	Sim/Não	2002	CESAP	

Saúde & Apoio Social [equipamentos e serviços]

Este tipo de equipamentos surge como garantia da disponibilização de condições de vida às populações. No que respeita aos equipamentos de saúde incluímos dois indicadores que permitem entender a prestação de cuidados de saúde que são disponibilizados às populações. Incluíram-se o Indicador de freguesias por existência de equipamentos públicos e, em complementaridade, as freguesias por existência de pelo menos um equipamento de prestação de cuidados de saúde qualquer que seja a sua natureza – público ou privado.

Nesta rubrica incluímos ainda os serviços de apoio social, como garantia de um território solidário e que admite a convivência de várias gerações. Neste tema incluem-se os equipamentos de apoio à população infantil – creches e jardins-de-infância – e os equipamentos de apoio à população idosa – lares e centros de dia. Os documentos europeus referem a questão demográfica como central para a política do U&OT alertando para a tendência de um envelhecimento da população – pela fraca renovação mas também pela cada vez maior esperança média de vida - e para o cuidado que tem de ser dado à planificação territorial para enquadrar esta nova realidade na definição das acções a desenvolver no território.

Quadro 5 - Indicadores sobre equipamentos de saúde e apoio social incluídos no AP_PEUOT.

Descritor	Unidade	Ano	Fórmula (se aplicável)	Observações
Freguesias com pelo menos um equipamento público de prestação de cuidados de saúde (Hospital, Centro de Saúde ou sua extensão)	Sim/Não	2002	CESAP	
Freguesias com pelo menos um equipamento público ou privado de prestação de cuidados de saúde (Hospital, Centro de Saúde ou sua extensão ou clínica)	Sim/Não	2002	CESAP	
Descritor	Unidade	Ano	Fórmula (se aplicável)	Observações
Freguesias servidas com creche	Sim/Não	2002	CESAP	
Habitantes dos 0 aos 4 anos por Creche	Hab/Eq.	2001 e 2002	Habitantes dos 0 a 4 anos(2001) / Equipamento social Creche (2002)	
Freguesias servidas com equipamento de apoio social ao idoso (Centro de dia ou Lar)	Sim/Não	2002	CESAP	
Habitantes com 80 e mais anos por equipamento social de apoio ao idoso (Lar ou Centro de Dia)	Hab/Eq.	2001 e 2002	Habitantes com 80 e mais anos(2001) / Equipamento social (Lar de Idosos+ Centro de dia) (2002)	

Segurança [equipamentos e serviços]

A garantia de segurança é uma forma de possibilitar aos cidadãos condições para usufruírem do espaço urbano e os documentos de referência europeus são esclarecedores quanto à necessidade de garantir um território seguro (cf. CLRAE, 2004). Embora a segurança não se relacione apenas com a segurança física ou material dos cidadãos, incluindo um conjunto de factores que, mais relacionados com o ambiente, devem ser assegurados – como a protecção contra catástrofes naturais – neste ponto apenas se incluíram os dados referentes à existência ou inexistência de posto policial nas freguesias.

Os dados disponíveis em Portugal face à criminalidade, nomeadamente quanto ao número de ocorrências, não permitem análises mais complexas do território face a esta realidade. Concordamos que a sensibilidade do tema poderá justificar a existência de reservas na disponibilização de alguma informação, nomeadamente que ponha em risco a segurança das comunidades, mas a inexistência de ocorrências, por tipo de ocorrência, ao nível da freguesia – dado disponibilizado a nível nacional e em alguns casos do

concelho – não permite assegurar uma análise da realidade verificada em termos de criminalidade e segurança. Por outro lado a indisponibilidade de dados referentes aos efectivos policiais e de outras forças como bombeiros, e os equipamentos disponíveis ao nível das freguesias – ou pelo menos ao nível dos aglomerados – não permite também a análise dos tempos de resposta ou dos raios de acção e população servida por estes serviços considerando também o tempo de resposta. Neste campo, da segurança, deveria incluir-se também a protecção civil e a prestação de cuidados de emergência médica, incluindo os tempos de resposta média, os dados da cobertura territorial e as ocorrências verificadas. Na impossibilidade de incluir estes dados apenas se incluiu a existência, ou inexistência, de posto policial na freguesia, que também não coloca em evidência a cobertura efectiva pois não haverá necessidade de todas as freguesias possuírem este tipo de equipamentos, antes a necessidade de serem servidas.

Quadro 6 - Indicadores sobre equipamentos de segurança incluídos no AP_PEUOT.

Descritor	Unidade	Ano	Fórmula aplicável) (se	Observações
Freguesias servidas com Posto Policial (PSP/GNR)	Sim/Não	2002	CESAP	

Outros serviços de apoio [equipamentos e serviços]

A necessidade de garantir, às populações, serviços que satisfaçam as suas necessidades é referenciada nos documentos europeus em matéria de U&OT e inclui vários itens na sua maioria já incluídos noutras rubricas. O acesso a serviços de comércio geral, que garantam ao cidadão o acesso a bens de consumo que suportam a sua vida, é um factor que influencia a qualidade de vida dos cidadãos, na medida em que permite aferir a comodidade que o espaço fornece aos seus utilizadores.

Incluímos nesta rubrica a disponibilização de comércio de produtos alimentares, qualquer que seja a sua dimensão, permitindo ao cidadão o acesso a um conjunto variado de bens e produtos que satisfaçam as suas mais elementares necessidades. Foram analisadas as freguesias pela existência, ou inexistência, de pelo menos um hipermercado ou supermercado ou minimercado ou mercearia pois os níveis, e abrangência populacional e territorial, destes serviços varia consoante a dimensão do território em análise.

Quadro 7 - Indicadores sobre outros equipamentos e serviços de apoio incluídos no AP_PEUOT.

Descritor	Unidade	Ano	Fórmula aplicável) (se	Observações
Freguesias com pelo menos um hipermercado, supermercado, minimercado ou mercearia	Sim/Não	2002	CESAP	

Educação

A necessidade de promover acesso a equipamentos e serviços educativos e de formação às populações é considerada fundamental pelos documentos de referência internacionais em matéria de U&OT. A CUE (CLRAE, 1992) coloca a educação como ponto essencial para a motivação da participação da população e para a melhoria das condições de desenvolvimento do território. No mesmo sentido a Carta de Leipzig (EU, 2007a), refere ser essencial a disponibilização de equipamentos e serviços que garantam a formação da população, nos diferentes níveis de ensino, referindo suplementarmente o papel importante que o investimento em I&D e a sua relação como o mundo empresarial no território apresenta para a promoção do desenvolvimento do território.

Em Portugal, e ao nível da unidade estudada, são escassos os dados referentes à I&D. A referência ao Ensino Superior é também recente na estatística nacional havendo apenas dados para 2001. Estes factores impossibilitaram a inclusão de indicadores de referência em I&D e a verificação da evolução da população com formação de nível superior.

Nesta rubrica incluímos dois aspectos essenciais para a análise dos factores educativos no âmbito do U&OT, as condições da população face ao nível de formação e a disponibilidade e população alvo servida com equipamentos educativos.

Incluímos a população – estado 2001 e evolução 1991/2001 – face ao seu nível de formação, através do indicador da Taxa de analfabetismo – absoluta – considerando apenas os residentes com 10 e mais anos, a população que, com idade de ter concluído cada grau/nível de ensino, o detém, considerando apenas o ensino básico completo – correspondente à escolaridade obrigatória – e o ensino secundário. Como já referido não há dados evolutivos da população com ensino superior pelo que não foi incluído esse dado.

No que respeita aos equipamentos incluímos a referência à disponibilização de equipamentos educativos, ao nível da freguesia, no mesmo agrupamento efectuado para a estratificação do nível formativo da população, isto é, apresentamos a disponibilização de equipamentos de ensino básico completo – 1º, 2º e 3º ciclo, na freguesia – de ensino secundário e de ensino superior juntando, para os equipamentos de ensino básico e secundário, os valores referentes à população alvo servida. Cada grau de ensino básico,

1º, 2º e 3º ciclos, apresenta características distintas que se relacionam com a capacidade de mobilidade da população alvo e que permitem agrupamentos territoriais maiores à medida que se aumenta o nível de ensino, justificando que, para o caso dos equipamentos de ensino e sua existência na freguesia, se tenham estratificado os equipamentos por ciclo. Fazendo parte do sistema educativo incluiu-se ainda o ensino pré-escolar e a existência de equipamentos de ensino superior, garantindo a visão da oferta nacional.

Quadro 8 - Indicadores sobre educação incluídos no AP_PEUOT.

Descritor	Unidade	Ano	Fórmula aplicável) (se	Observações
Taxa de analfabetismo	%	2001	Pop com mais de 10 anos que não sabe ler nem escrever/ pop com mais de 10 anos	
Evolução da taxa de analfabetismo	%	1991-2001	(pop analfabeta com 10 ou mais anos /pop totalx100 2001) - (pop analfabeta com 10 ou mais anos /pop totalx100 1991)	
Proporção da pop com escolaridade obrigatória (3º ciclo do ens. Básico) no total de pop com 15 ou mais anos	%		pop com escolaridade obrigatória (3º ciclo do ens. Básico) / total de pop com 15 ou mais anosx100	
Evolução da % pop com escolaridade obrigatória (3º ciclo do ens. Básico) no total de pop com 15 ou mais anos	%	1991-2001	(pop com 3º ciclo de ensino básico/pop com 15 ou mais anosx100 2001)-(pop com 3º ciclo de ensino básico/pop com 15 ou mais anosx100 1991)	
Freguesias servidas com Escola do Ensino Básico 1º ciclo	Sim/Não	2002	CESAP	
Habitantes dos 5 aos 9 anos por Equipamento Escola Básica 1º Ciclo	Hab/Eq.	2001 e 2002	Habitantes dos 5 a 9 anos(2001) / Equipamento Escola Básica 1º ciclo (2002)	
Freguesias servidas com Escola do Ensino Básico 2º ciclo	Sim/Não	2002	CESAP	
Freguesias servidas com Escola do Ensino Básico 3º ciclo	Sim/Não	2002	CESAP	

Descritor	Unidade	Ano	Fórmula aplicável (se)	Observações
Freguesias servidas com Ensino Básico Completo (1º, 2º e 3º Ciclos)	Sim/Não	2002	CESAP	
Proporção da pop com ens secundário no total de pop com 20 ou mais anos	%	2001	pop com ens sec/pop com 20 ou mais anosx100	
Evolução da % pop com ens secundário no total de pop com 20 ou mais anos	%	1991-2001	(pop com ens sec/pop com 20 ou mais anosx100 em 2001)-(pop com ens sec/pop com 20 ou mais anosx100 em 1991)	
Descritor	Unidade	Ano	Fórmula (se aplicável)	Observações
Freguesias servidas com Escola Secundária	Sim/Não	2002	CESAP	
Proporção da pop com ensino superior no total de população com mais de 24 anos	%		pop com ensino superior / total de população com mais de 24 anos x100	
Freguesias servidas com Ensino Superior	Sim/Não	2002	CESAP	
Freguesias servidas com equipamento pré-escolar	Sim/Não	2002	CESAP	
Habitantes dos 0 aos 4 anos por Equipamento Pré-escolar	Hab/Eq.	2001 e 2002	Habitantes dos 0 a 4 anos(2001) / Equipamento pré-escolar (2002)	

Edificado & Alojamentos [Habitação]

Juntamos neste ponto dois factores relacionados, o edificado e os alojamentos, a considerar na análise do território. A CUE (CLRAE, 2004) evidencia a necessidade de, para além de garantir habitação condigna às populações, garantir a inclusão dos alojamentos em áreas tratadas e que se integrem de forma global na estrutura urbana. As referências internacionais são também incidentes na necessidade de garantir estruturas edificadas bem integradas no espaço urbano e que confirmem segurança e bem-estar às populações.

As estruturas edificadas são suporte para as actividades humanas, emprego e habitação. Para além de se apresentarem como estruturas físicas que ocupam o território, fazendo parte da morfologia urbana, aqui serão apenas referenciadas as características do

edificado em termos funcionais. A necessidade de estudar e entender a estrutura edificada surge nos documentos europeus de referência em vários momentos pois sendo central é transversal a vários temas a estudar. Uma das proeminentes matérias em termos de território nos documentos europeus é a necessidade de este ser polinucleado e permitir uma miscenização de funções que garanta o seu uso integrado. Os documentos de referência focam também a necessidade de garantir um desenho urbano integrado e esteticamente apelativo, no interesse da compatibilização de usos e de formas que as áreas apresentam. Conhecer o tipo – características – do edificado é também essencial para a determinação das acções a desenvolver para promover, ou a sua qualificação – reabilitação – ou a definição de novas aras de expansão – podendo evidentemente encontrar-se soluções mistas de requalificação e expansão. Infelizmente a disponibilização de dados que permitam o entendimento das características físicas dos edifícios, nomeadamente no que respeita à necessidade de reparações, não permite uma análise profunda das condições de conservação dos edifícios, pelo que não a incluímos, embora consideremos importante.

Para esta rubrica, no que respeita ao edificado, incluímos um conjunto de indicadores que nos permitem uma visão do estado e da evolução das estruturas edificadas, garantindo o entendimento das funções dos edifícios, da sua dimensão – altura, número de alojamentos – e o seu grau de envelhecimento.

Conhecer a oferta de habitação que o território apresenta, incluindo as suas características, é essencial para que se garantam as acções necessárias a uma utilização regrada do território. Só através do conhecimento da oferta podemos adequar a futura expansão – com base nas necessidades – de áreas para a localização de edifícios com a função habitacional. A necessidade de disponibilizar habitação – quer venda quer para arrendamento – que permita acolher as famílias nas áreas urbanas é uma referência transversal aos documentos europeus em matéria de U&OT.

Nesta rubrica, no que respeita à habitação, incluímos um conjunto de dados que nos permitem entender a ocupação dos alojamentos – uso e número médio de habitantes – os encargos que são imputados às famílias, quer na aquisição – pagamento de empréstimos – quer no arrendamento – pagamento de renda – e a tipologia dos alojamentos, incluindo a referência a alojamentos não clássicos – vulgarmente apelidados de barracas – que ainda se constituem como um dos problemas reais do espaço urbano europeu, em geral, e nacional, em particular. Como base para a determinação das necessidades gerais em termos de habitação são incluídos indicadores de disponibilidade de alojamentos por família, permitindo avaliar se a oferta existente embora não permita aferir – a esta escala – das reais condições físicas de habitabilidade que esse parque habitacional vago apresenta.

Quadro 9 - Indicadores sobre edifícios e alojamentos [habitação] incluídos no AP_PEUOT.

Descritor	Unidade	Ano	Fórmula (se aplicável)	Observações
Número de edifícios		2001	-	
Evolução % do número de edifícios	%	1991-2001	$(\text{N}^\circ \text{ total de edifícios 2001} - \text{N}^\circ \text{ total de edifícios 1991}) / \text{N}^\circ \text{ total de edifícios 1991} \times 100$	
Proporção de edifícios existentes construídos há menos de 10 anos		2001	$\text{edifícios existentes construídos há menos de 10} / \text{total de edifícios} \times 100$	
Índice de envelhecimento dos edifícios		2001	$((\text{edifícios construídos} + 40 \text{ anos} / \text{edifícios const há menos de 10 anos}) \times 100$	
Descritor	Unidade	Ano	Fórmula (se aplicável)	Observações
Evolução da % de edifícios existentes construídos há menos de 10 anos	%	1991-2001	$((\text{edif cosntr} < 10 \text{ anos} / \text{edif tot}) \times 100 \text{ 2001}) - ((\text{edif cosntr} < 10 \text{ anos} / \text{edif tot}) \times 100 \text{ 1991})$	
Evolução do índice de envelhecimento dos edifícios	Nº	1991-2001	$((\text{edifícios construídos} + 40 \text{ anos} / \text{edifícios const há menos de 10 anos}) \times 100 \text{ [2001]}) - ((\text{edifícios construídos} + 40 \text{ anos} / \text{edifícios const há menos de 10 anos}) \times 100 \text{ [1991]}) -$	
Proporção dos edifícios exclusivamente residenciais	%	2001	$\text{edifícios exclusivamente residências} / \text{total de edif.} \times 100$	
Evolução do peso dos edifícios exclusivamente residenciais	%	1991-2001	$(\text{N}^\circ \text{ total de edifícios exclusiv residenciais 2001} / \text{total de edifícios 2001}) - (\text{N}^\circ \text{ total de edifícios exclusiv residenciais 1991} / \text{N}^\circ \text{ total de edifícios 1991}) \times 100$	
Proporção dos edifícios não exclusivamente residenciais	%	2001	$\text{edifícios não exclusivamente residenciais} / \text{total de edif.} \times 100$	
Evolução do peso dos edifícios não exclusivamente residenciais	%	1991-2001	$(\text{N}^\circ \text{ total de edifícios não exclusiv residenciais 2001} / \text{total de edifícios 2001}) - (\text{N}^\circ \text{ total de edifícios não exclusiv residenciais 1991} / \text{N}^\circ \text{ total de edifícios 1991}) \times 100$	
Proporção dos edifícios com 1 piso	%	2001	$\text{edifícios com 1 piso} / \text{total de edifícios} \times 100$	
Evolução do peso dos edifícios	%	1991-	$(\text{n}^\circ \text{ edif com 1 piso} / \text{n}^\circ \text{ de$	

Descritor	Unidade	Ano	Fórmula (se aplicável)	Observações
com 1 piso		2001	edifíciosx100 2001)-(nº edif com 1 piso/nº de edifíciosx100 1991)	
Proporção dos edifícios com 4 ou mais pisos	%	2001	edifícios com 4 ou mais pisos / total de edifícios x 100	
Evolução dos edifícios com 4 ou mais pisos	%	1991-2001	(nº edif com 4 ou + pisos/nº de edifíciosx100 2001)-(nº edif com 4 ou + pisos/nº de edifíciosx100 1991)	
Proporção do peso dos edifícios com 1 Aloj	%	2001	edifícios com 1 Aloj / total de edifícios x 100	
Evolução do peso dos edifícios com 1 Aloj	%	1991-2001	(nº edif com 1 aloj/nº de edifíciosx100 2001)-(nº edif com 1 aloj/nº de edifíciosx100 1991)	
Evolução do peso dos edifícios com 4 ou + Aloj	%	1991-2001	(nº edif com 4 ou + aloj/nº de edifíciosx100 2001)-(nº edif com 4 ou + aloj/nº de edifíciosx100 1991)	
Proporção do peso dos edifícios com 4 ou + Aloj	%	2001	edifícios com 4 ou + Aloj / total de edifícios x 100	
Alojamentos familiares	n.º	2001	-	Em tabela
Descritor	Unidade	Ano	Fórmula (se aplicável)	Observações
Evolução do número de alojamentos familiares	%	1991-2001	(Aloj. fam. 2001 – aloj fam. 1991)/aloj fam 1991 x 100	
População por alojamento familiar clássico	Pop/aloj		Total da população/aloj fam clássico	
Evolução % da População por alojamento familiar clássico	%	1991-2001	((pop total_01/Aloj fam uso hab_01)-(pop total_91/Aloj fam uso hab_91))/(pop total_91/Aloj fam uso hab_91)x100	
Nº médio de aloj familiares por família	n.º			
Evolução do nº médio de aloj familiares por família	Nº	1991-2001	(aloj familiar_01/n.º famílias_01)-(aloj familiar_91/n.º famílias_91)	
Proporção de alojamentos não clássicos	%		Aloj fam não clássicos/Total de alojamentos x100	
Evolução do nº de alojamentos não clássicos (%)	%	1991-2001	Aloj não clássicos 2001-aloj não clássicos 91/aloj n clássicos 91x100	

Descritor	Unidade	Ano	Fórmula (se aplicável)	Observações
Evolução da % de alojamentos não clássicos no total de alojamentos	%	1991-2001	$(\text{Aloj não clássicos } 01 / \text{aloj fam } 01 \times 100) - (\text{Aloj não clássicos } 91 / \text{aloj fam } 91 \times 100)$	
Proporção de res hab ocupadas pelo proprietário	%		$\text{Aloj res hab proprietário ocupante} / \text{total de aloj res hab} \times 100$	
Evolução da % de res hab ocupadas pelo proprietário	%	1991-2001	$(\text{Aloj ocupados pelo proprietário } 01 / \text{Aloj fam uso hab } 01 \times 100) - (\text{Aloj ocupados pelo proprietário } 91 / \text{Aloj fam uso hab } 91 \times 100)$	
Proporção de alojamentos ocupados pelo proprietário com encargos	%		$\text{Aloj ocupados pelo proprietário com encargos} / \text{total de aloj.} \times 100$	
Evolução da % de alojamentos ocupados pelo proprietário com encargos	%	1991-2001	$(\text{aloj Casa própria com encargo } 91 / \text{Aloj uso habitual ocupados pelo proprietário } 91) \times 100 - (\text{aloj casa própria com encargo } 01 / \text{Aloj uso habitual ocupados pelo proprietário } 01) \times 100$	
Descritor	Unidade	Ano	Fórmula (se aplicável)	Observações
Encargo médio devido à aquisição de alojamentos familiares clássicos de residência habitual	€	2001	$(\text{alojamentos com encargos até } 59,85 * 29,93 + \text{alojamentos com encargos entre } 59,86 \text{ e } 99,75 * 79,81 + \text{alojamentos com encargos entre } 99,76 \text{ e } 149,63 * 124,70 + \text{alojamentos com encargos entre } 149,64 \text{ e } 199,51 * 174,58 + \text{alojamentos com encargos entre } 199,52 \text{ e } 249,39 * 224,46 + \text{alojamentos com encargos entre } 249,40 \text{ e } 299,27 * 274,34 + \text{alojamentos com encargos entre } 299,28 \text{ e } 399,03 * 349,16 + \text{alojamentos com encargos entre } 399,04 \text{ e } 498,79 * 448,92 + \text{alojamentos com encargos entre } 498,80 \text{ e } 598,55 * 548,68 + \text{alojamentos com encargos superiores a } 598,56 * 698,31) / \text{alojamentos familiares clássicos de residência habitual ocupados pelo proprietário com encargos}$	
Proporção de aloj arrendados	%		$\text{Aloj arrendados} / \text{total de aloj}$	

Descritor	Unidade	Ano	Fórmula (se aplicável)	Observações
			x100	
Evolução da % de aloj arrendadas	%	1991-2001	$(\text{aloj Casa p'pria}_{91}/\text{Aloj uso habitual}_{91}) \times 100 - (\text{aloj casa p'pria}_{01}/\text{Aloj uso habitual}_{01}) \times 100$	
Renda média de alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados e subarrendados	€	2001	$(\text{alojamentos com rendas até } 14,95 * 7,48 + \text{alojamentos com rendas entre } 14,96 \text{ e } 24,93 * 19,95 + \text{alojamentos com rendas entre } 24,94 \text{ e } 34,91 * 29,93 + \text{alojamentos com rendas entre } 34,92 \text{ e } 59,85 * 47,38 + \text{alojamentos com rendas entre } 59,86 \text{ e } 99,75 * 79,81 + \text{alojamentos com rendas entre } 99,76 \text{ e } 149,63 * 124,70 + \text{alojamentos com rendas entre } 149,64 \text{ e } 199,51 * 174,58 + \text{alojamentos com rendas entre } 199,52 \text{ e } 249,39 * 224,46 + \text{alojamentos com rendas entre } 249,40 \text{ e } 299,27 * 274,34 + \text{alojamentos com rendas entre } 299,28 \text{ e } 399,03 * 349,16 + \text{alojamentos com rendas entre } 399,04 \text{ e } 498,79 * 448,92 + \text{alojamentos com rendas superiores a } 498,80 * 598,55) / (\text{alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados e subarrendados})$	
Descritor	Unidade	Ano	Fórmula (se aplicável)	Observações
Proporção dos aloj de res habitual no total de aloj familiares	%		$\text{Aloj res hab} / \text{total de aloj fam} \times 100$	
Evolução da % dos aloj de res habitual no total de aloj familiares	%	1991-2001	$(\text{Aloj res habitual}_{01}/\text{aloj fam}_{01}) \times 100 - (\text{Aloj res habitual}_{91}/\text{aloj fam}_{91}) \times 100$	
Proporção dos aloj de uso sazonal no total de aloj familiares	%		$\text{Aloj de uso sazonal} / \text{total de aloj fam} \times 100$	
Evolução da % dos aloj de uso sazonal no total de aloj familiares	%	1991-2001	$(\text{Aloj uso sazonal}_{01}/\text{aloj fam}_{01}) \times 100 - (\text{Aloj uso sazonal}_{91}/\text{aloj fam}_{91}) \times 100$	

Descritor	Unidade	Ano	Fórmula (se aplicável)	Observações
Proporção dos aloj vagos no total de aloj familiares	%		$\text{Aloj vagos} / \text{total de aloj fam} \times 100$	
Evolução da % dos aloj vagos no total de aloj familiares	%	1991-2001	(Aloj vagos 01/aløj fam 01x100)- (Aloj vagos 91/aløj fam 91x100)	

Emprego

A política de coesão da União Europeia tem por base a disponibilização de postos de trabalho para a população, como forma de garantir a todos condições de promoção dos padrões de vida, numa Europa socialmente e territorialmente coesa. A política territorial da União Europeia assenta também na necessidade de disponibilizar condições para que sejam criados postos de trabalho que garantam o desenvolvimento das comunidades. Em U&OT o emprego é um factor que se relaciona com a disponibilização de condições para que as populações se movimentem – tenham acesso – aos postos de trabalho e, na política geral de *multifuncionalidade*, garantir as condições para que se instalem empresas e estruturas que promovam o emprego, enquadrando-se na área urbana de forma coerente e promovendo a utilização do território de forma integrada.

Interessa nesta rubrica o entendimento da situação existente em termos de emprego da comunidade pois é essencial entender as principais características económicas da população para adequar as acções a desenvolver para a promoção de melhoria dessas condições num território integrador. Os indicadores incluídos permitem entender a estrutura do emprego e empregabilidade das unidades territoriais mas, pela falta de dados, pouco referem sobre a dinâmica empresarial e a necessidade de mão-de-obra ou, pelo contrário, pela necessidade de criação de emprego.

Quadro 10 - Indicadores sobre emprego incluídos no AP_PEUOT.

Descritor	Unidade	Ano	Fórmula (se aplicável)	Observações
Evolução do peso da pop desempregada na população total	%	1991-2001	$(\text{Pop desempregada/pop total } \times 100 \text{ 2001}) - (\text{Pop desempregada/pop total } \times 100 \text{ 1991})$	
Proporção da pop desempregada na população total	%		$\text{pop desempregada / população total } \times 100$	
Evolução do peso da pop empregada na população total	%	1991-2001	$(\text{Pop empregada/pop total } \times 100 \text{ 2001}) - (\text{Pop empregada/pop total } \times 100 \text{ 1991})$	
Proporção da pop empregada na população total	%		$\text{pop empregada / população total } \times 100$	
Proporção da pop empregada no sector primário no total de pop empregada	%		$\text{pop empregada no sector primário / total de pop empregada } \times 100$	
Evolução da pop empregada no sector primário no total de pop empregada	%	1991-2001	$\text{pop empregada sect primário/pop empregada } \times 100 \text{ 2001}) - (\text{pop empregada sect primário/pop empregada } \times 100 \text{ 1991})$	
Proporção da pop empregada no sector secundário no total de pop empregada	%		$\text{pop empregada no sector secundário / total de pop empregada } \times 100$	
Evolução da pop empregada no sector secundário no total de pop empregada	%	1991-2001	$\text{pop empregada sect secundário/pop empregada } \times 100 \text{ 2001}) - (\text{pop empregada sect secundário/pop empregada } \times 100 \text{ 1991})$	
Proporção da pop empregada no sector terciário no total de pop empregada	%		$\text{pop empregada no sector terciário / total de pop empregada } \times 100$	
Evolução da pop empregada no sector terciário no total de pop empregada	%	1991-2001	$\text{pop empregada sect terciário/pop empregada } \times 100 \text{ 2001}) - (\text{pop empregada sect terciário/pop empregada } \times 100 \text{ 1991})$	
Proporção da pop cujo principal meio de vida é o trabalho no total da pop	%		$\text{pop cujo principal meio de vida é o trabalho / total da pop } \times 100$	

Descritor	Unidade	Ano	Fórmula (se aplicável)	Observações
Evolução do peso da pop cujo principal meio de vida é o trabalho no total da pop	%	1991-2001	(pop cujo trabalho é princ. Meio de vida/pop total)x100 em 2001 - (pop cujo trabalho é princ. Meio de vida/pop total)x100 em 1991	Se há valores acima dos 100% indica que população não activa (por exemplo reformados) está a trabalhar
(Descritor)	Unidade	Ano	Fórmula (se aplicável)	Observações
Proporção da pop cujo principal meio de vida é pensão/reforma no total da pop	%		pop cujo principal meio de vida é pensão/reforma / total da pop x100	
Evolução do peso da pop cujo principal meio de vida é pensão/reforma no total da pop	%	1991-2001	(pop cujo pensão ou reforma é princ. Meio de vida/pop total)x100 em 2001 - (pop cujo pensão ou reforma é princ. Meio de vida/pop total)x100 em 1991	
Proporção da pop cujo principal meio de vida é subsídios (incluindo rend mínimo garantido 2001) no total da pop	%		pop cujo principal meio de vida é subsídios (incluindo rend mínimo garantido 2001) / total da pop x 100	
Evolução do peso da pop cujo principal meio de vida é subsídios (incluindo rend mínimo garantido 2001) no total da pop	%	1991-2001	(pop cujo subsídio é princ. Meio de vida/pop total)x100 em 2001 - (pop cujo subsídio é princ. Meio de vida/pop total)x100 em 1991	
Proporção da pop cujo principal meio de vida é rendimentos de prop no total da pop	%		pop cujo principal meio de vida é rendimentos de prop / total da pop x 100	
Evolução do peso da pop cujo principal meio de vida é rendimentos de prop no total da pop	%	1991-2001	(pop cujo rendimento prop é princ. Meio de vida/pop total)x100 em 2001 - (pop cujo rendimento pro é princ. Meio de vida/pop total)x100 em 1991	
Proporção da pop empregadora no total de pop empregada	%		pop empregadora / total de pop empregada x 100	
Evolução da pop empregadora no total de pop empregada	%	1991-2001	(pop empregadora/pop empregada X100 2001)-(pop empregadora/pop empregada X100 1991)	

Descritor	Unidade	Ano	Fórmula (se aplicável)	Observações
Proporção da pop TCO no total de pop empregada	%		$\text{pop TCO} / \text{total de pop empregada} \times 100$	
Evolução da pop TCO no total de pop empregada	%	1991-2001	$(\text{pop TCO/pop empregada X100 2001}) - (\text{pop TCO/pop empregada X100 1991})$	
Proporção da pop TCP no total de pop empregada	%		$\text{pop TCP} / \text{total de pop empregada} \times 100$	
Evolução da pop TCP no total de pop empregada	%	1991-2001	$(\text{pop TCP/pop empregada X100 2001}) - (\text{pop TCP/pop empregada X100 1991})$	
Proporção da pop outros casos no total de pop empregada	%		$\text{pop outros casos} / \text{total de pop empregada} \times 100$	
Evolução da pop. outros casos no total de pop empregada	%	1991-2001	$(\text{pop outros casos/pop empregada X100 2001}) - (\text{pop outros casos/pop empregada X100 1991})$	

Famílias

A estrutura familiar coloca-se ao nível da população como um factor essencial e transversal do estudo em U&OT. O entendimento da estrutura familiar permite a adequação das acções em prol da definição de condições para a habitação, serviços e equipamentos, indissociável do factor populacional.

Nesta rubrica incluímos os dados referentes à evolução do número e à dimensão das famílias, pois permite entender as necessidades de programação habitacional, por um lado e, por outro, através do número e evolução, a definição de parâmetros coerentes de disponibilização de equipamentos e serviços ajustados às características dominantes mas nunca esquecendo e incluindo a integração plural que os documentos de referência europeus determinam na prossecução de um território coeso e inclusivo social, cultural e economicamente.

Quadro 11 - Indicadores sobre famílias incluídos no AP_PEUOT.

Descritor	Unidade	Ano	Fórmula (se aplicável)	Observações
Número de famílias clássicas	n.º	2001	-	Em tabela
Evolução do número de famílias clássicas	%	1991-2001	$(n.º \text{ de fam. 2001} - n.º \text{ de fam. 1991}) / \text{famílias 1991} \times 100$	
Evolução da dimensão média das famílias	%	1991-2001	$(\text{pop 2001/famílias clássicas 2001}) - (\text{pop 1991/famílias clássicas 1991})$	
Dimensão média das famílias	Hab/fam		População/n.º de famílias	
Evolução da proporção de famílias com 1 elemento	%	1991-2001	$(\text{fam com 1 elemento/famílias} \times 100 \text{ 2001}) - (\text{fam com 1 elemento/famílias} \times 100 \text{ 1991})$	
Proporção de famílias com 1 elemento	%		Fam. Com 1 elem./ total de fam	
Evolução da proporção de famílias com 2 elementos	%%	1991-2001	$(\text{fam com 2 elementos/famílias} \times 100 \text{ 2001}) - (\text{fam com 2 elementos/famílias} \times 100 \text{ 1991})$	
Proporção de famílias com 2 elementos	%		Fam. Com 2 elem./ total de fam	
Evolução da proporção de famílias com 3 elementos	%	1991-2001	$(\text{fam com 3 elementos/famílias} \times 100 \text{ 2001}) - (\text{fam com 3 elementos/famílias} \times 100 \text{ 1991})$	
Proporção de famílias com 3 elementos	%		Fam. Com 3 elem./ total de fam	

(Continua)

(Continuação do Quadro 11)

Descritor	Unidade	Ano	Fórmula (se aplicável)	Observações
Evolução da proporção de famílias com 4 elementos	%	1991-2001	$\frac{\text{fam com 4 elementos/famílias} \times 100}{2001} - \frac{\text{fam com 4 elementos/famílias} \times 100}{1991}$	
Proporção de famílias com 4 elementos	%		Fam. Com 4 elem./ total de fam	
Evolução da proporção de famílias com 5 ou mais elementos	%	1991-2001	$\frac{\text{fam com 5 ou + elementos/famílias} \times 100}{2001} - \frac{\text{fam com 5 ou + elementos/famílias} \times 100}{1991}$	
Proporção de famílias com 5 ou mais elementos	%		Fam. Com 5 elem./ total de fam	

Mobilidade

A política europeia, desde os anos 1970 (cf. EU, 1972) centra as suas preocupações na mobilidade nos espaços urbanos. A tentativa de garantir um território onde seja possível aceder, de forma plural, a equipamentos, serviços e outras estruturas existentes, assume-se essencial na planificação do território. A aposta na utilização de transportes colectivos, eficientes e com qualidade, que reduzam o número de viaturas em circulação – promovendo melhor ambiente e mobilidade – está também dependente de uma política de planificação territorial eficaz. O tema Transportes surge assim em diferentes documentos europeus sobre a temática territorial como um dos principais problemas dos espaços urbanos. A aposta em novas tecnologias de comunicação pode, actualmente, reduzir significativamente a necessidade de movimentação das populações mas o congestionamento de tráfego é, ainda, um problema transversal a todo o território urbanizado da Europa.

É então necessário que, em fase de análise, se entenda a forma como as populações se deslocam, os tempos médios dessas deslocações e os meios de transporte utilizados para que, através do planeamento, se promova a melhoria da mobilidade no território. Nesta rubrica incluímos os indicadores referentes a meios de transporte utilizados nos movimentos pendulares, tempos de deslocação e local de desenvolvimento das actividades – na unidade ou fora dela. Este último aspecto permite entender se a área é um centro gerador ou receptor de população para desempenhar actividades, propiciando um panorama geral das alterações a realizar para promover a multifuncionalidade dos espaços aproximando as áreas de trabalho das áreas residenciais na tentativa de garantir às populações melhores condições de acederem à desejada qualidade de vida.

Quadro 12 - Indicadores sobre mobilidade incluídos no AP_PEUOT.

Descritor	Unidade	Ano	Fórmula (se aplicável)	Observações
Evolução da população que reside e trabalha/estuda na mesma freguesia	%	1991-2001	(% Habitantes que trabalham e estudam na freguesia de residência 2001 - %Habitantes que trabalham e estudam na freguesia de residência 1991)	
Proporção da população que reside e trabalha/estuda na mesma freguesia	%	2001	Pop que reside e trabalha ou estuda na mesma freguesia / total de população que reside e estuda x100	
Evolução da população que reside mas trabalha/estuda fora da freguesia	%	1991-2001	(% Habitantes que trabalham e estudam fora da freguesia 2001 - %Habitantes que trabalham e estudam fora da freguesia 1991)	
Proporção da população que reside mas trabalha/estuda fora da freguesia	%	2001	Pop que reside mas trabalha ou estuda fora da freguesia / total de população que reside e estuda x100	
Evolução da população que reside mas trabalha/estuda fora da freguesia mas no concelho	%	1991-2001	(% Habitantes que trabalham e estudam noutra freguesia do concelho 2001 - %Habitantes que trabalham e estudam noutra freguesia do concelho 1991)	
Proporção da população que reside mas trabalha/estuda fora da freguesia mas no concelho	%	2001	Pop que reside mas trabalha ou estuda fora da freguesia mas no concelho / total de população que reside e estuda x100	
Evolução da população que reside mas trabalha/estuda fora do concelho	%	1991-2001	(% Habitantes que trabalham e estudam noutro concelho 2001 - %Habitantes que trabalham e estudam noutro concelho 1991)	
Proporção da população que reside mas trabalha/estuda fora do concelho	%	2001	Pop que reside mas trabalha ou estuda fora do concelho / total de população que reside e estuda x100	
Proporção da pop por tempo de deslocação nenhum	%	2001	Pop cujo tempo nos mov pend é nenhum / total de população que tem mov pendulares x 100	
Evolução da % de pop por tempo de deslocação inferior a 15 minutos (30 minutos total)	%	1991-2001	% pop cuja deslocação é inferior a 15 min (30min total) 2001 - % pop cuja deslocação é inferior a 15 min (30min total) 1991	
Proporção da pop por tempo de deslocação inferior a 15 minutos (30min)	%	2001	Pop cujo tempo nos mov pend é inf a 15 min / total de população que tem mov	

Descritor	Unidade	Ano	Fórmula (se aplicável)	Observações
			pendulares x 100	
Proporção da pop por tempo de deslocação entre 16 e 30 minutos (30min a 1 hora)	%	2001	Pop cujo tempo nos mov pend é entre 16 e 30 min / total de população que tem mov pendulares x 100	
Descritor	Unidade	Ano	Fórmula (se aplicável)	Observações
Evolução da % de pop por tempo de deslocação superior a 30 minutos (1 hora total)	%	1991-2001	% pop cuja deslocação é superior a 30 min (1h total) 2001 - % pop cuja deslocação é superior a 30 min (1h total) 1991	
Proporção de pop por tempo de deslocação superior a 30 minutos (1 hora total)	%	2001	Pop cuja viagem casa-emprego ou escola é superior a 15 minutos / pop total com mov pend x 100	
Evolução do tempo médio de deslocação da população que trabalha ou estuda (respondentes) numa ida para o local de emprego/estudo	minutos	1991-2001	Tempo médio 2001-tempo médio 1991	nota: os valores para 1991 param nos 60 minutos
Tempo médio de deslocação da população que trabalha ou estuda (respondentes) numa ida para o local de emprego/estudo	minutos	2001	(pop cujo tempo médio é inferior a 15 min x 7,5 min + pop cujo tempo é entre 15 e 30 minutos x 22,5 minutos + pop cujo tempo médio de deslocação é entre 30 e 60 min x 45 + pop cujo tempo é superior a 60 minutos x 60) / pop que tem mov pendulares	
Tempo médio de deslocação pendular casa-emprego (duas viagens) da população residente	minutos	2001	(n.º hab cujo tempo é nenhum x 0 + hab tempo 0-15 x 7,5 + hab tempo 16-30 x 23+ hab tempo 31-60 x 45+ hab tempo 61-90 x 75+ hab tempo +90 x 90) / nº de respondentes	
Evolução da população que se desloca a pé nos mov. Pendulares	%	1991-2001	% pop 2001 desloca-se a pé nos mov. Pendulares - % pop 1991 desloca-se a pé nos mov. Pendulares	
Proporção da população que se desloca a pé nos mov. Pendulares	%	2001	Pop que se desloca a pé nos mov pendulares / pop total com mov pend x 100	

Descritor	Unidade	Ano	Fórmula (se aplicável)	Observações
Evolução da população que se desloca de transporte colectivo nos mov. Pendulares	%	1991-2001	% pop 2001 desloca-se transporte colectivo nos mov. Pendulares - % pop 1991 desloca-se transporte colectivo mov. Pendulares	
Proporção da população que se desloca de transporte colectivo nos mov. Pendulares	%	2001	Pop que se desloca de transporte colectivo nos mov pendulares / pop total com mov pend x 100	
Evolução da população que se desloca de transporte particular nos mov. Pendulares	%	1991-2001	% pop 2001 desloca-se transporte particular nos mov. Pendulares - % pop 1991 desloca-se transporte particular nos mov. Pendulares	
Proporção da população que se desloca de transporte individual nos mov. Pendulares	%	2001	Pop que se desloca de transporte particular nos mov pendulares / pop total com mov pend x 100	
Descritor	Unidade	Ano	Fórmula (se aplicável)	Observações
Alteração do meio mais utilizado nas deslocações 1991/2001	Mudança	1991-2001	(1 - a pé; 2 Transporte particular; 3 Transporte colectivo; 4 outro meio de onde - 12 - de a pé para transporte privado; etc...	
Meio mais utilizado para as deslocações 2001	Meio	2001	Codificado: a pé; Transporte Colectivo; Transporte Individual – automóvel; outro Meio	Nos transportes colectivos incluíram-se os privados e públicos, qualquer que seja o meio de transporte.
Meio mais utilizado para as deslocações 2001	Meio	2001	A maior parte dos respondentes utilizam este meio de transporte	
Evolução do nº de viaturas em circulação nos mov pendulares	%	1991-2001	(n.º de viaturas em circulação mov pendulares 2001 - n.º de viaturas em circulação mov pendulares 1991)/n.º de viaturas em circulação mov pendulares1991 x 100	
Nº de viaturas em circulação nos mov pendulares	n.º	2001	-	
Evolução da média de ocupantes por viatura (automóvel) particular	ocupantes	1991-2001	média de ocupantes por viatura nos mov. Pendulares 2001 - média de ocupantes por viatura	

Descritor	Unidade	Ano	Fórmula (se aplicável)	Observações
			nos mov. Pendulares 1991	
Média de ocupantes por viatura particular (automóvel)	n.º	2001	n.º de ocupantes de viatura particular (automóvel) / total de viaturas em circulação	

Síntese e enquadramento do território em análise

Como enquadramento geral entendeu-se apresentar uma síntese de enquadramento da unidade territorial base para o AP_PEUOT, o território de Portugal Continental. Neste ponto estão incluídas breves análises descritivas das unidades territoriais que serviram de base ao AP_PEUOT e os dados referentes à população, densidade populacional e evolução populacional entre 1991-2001. Estes dados surgem como factores de comparabilidade pois estabelecem-se como a base de referência dimensional comum entre os diferentes temas abordados, permitindo a comparabilidade e o ajuste das análises a uma referência geral, mensurável e comparável, quer entre unidades territoriais quer entre factores de análise diferentes.

Portugal Continental possui uma área de 8 904 510 ha divididos administrativamente em 18 Distritos, 278 Concelhos e 4037 Freguesias [em 2001] com uma população residente de 9 869 343 habitantes. Em 1989, foram criadas Unidades Territoriais para fins Estatísticos [NUTS], com uma nomenclatura distinta da administrativa que respondia às exigências da política regional Comunitária (Cf. DL n.º 46/89 de 15 de Fevereiro). As NUTS apresentam três níveis de desagregação, o primeiro divide o território nacional em 3 grupos, Continente, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira, havendo a NUT II, cinco para o Continente e uma para cada Região Autónoma e ao nível da NUT III 28 Unidades no Continente e uma para cada Região Autónoma. Em 2002 a configuração das NUTS do continente português foi alterada através do DL n.º 244/2002 de 5 de Novembro, muito devido à necessidade de ajustar as unidades territoriais com fins estatísticos – base para a determinação das verbas disponíveis para financiamento Comunitário – devido a alterações sócio-económicas no território nacional desde a primeira publicação.

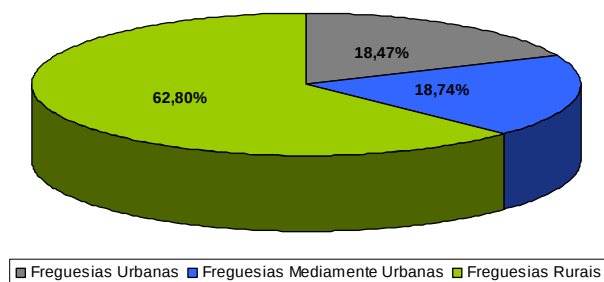
Tabela 2 - Área (ha) e sua representação (%) em Portugal Continental por tipologia de freguesia e densidade Populacional 1991, 2001 e evolução 1991-2001, em Portugal continental e nas freguesias tipificadas.

	Área		Densidade Populacional			
	ha	Proporção %	1991	2001	1991-2001	
			hab./ha	hab./ha	hab./ha	%
Portugal (Continente)	8904510	-	1,05	1,11	0,06	5,71
Freguesias Urbanas	1644547	18,47	3,84	4,18	0,34	8,85
Freguesias Mediamente Urbanas	1668282	18,74	0,93	0,97	0,03	4,30
Freguesias Rurais	5591681	62,80	0,27	0,25	-0,02	-7,41

Fonte: INE/DGOTDU 1998; INE, Censos 2001; CAOP, IGP, 2001

Em termos globais o território continental português apresenta uma densidade média de 1,11 hab/ha, em 2001, sendo maioritariamente ocupado em área por freguesias rurais que abrangem 63% da área total do território continental. A maior representação em área das freguesias rurais não é acompanhada de uma maior representação populacional destas unidades face às freguesias urbanas ou mediamente urbanas.

Gráfico 2- Distribuição (%) da área territorial em 2001 em Portugal Continental e por tipo de freguesia.



Fonte: INE/DGOTDU 1998; CAOP, IGP 2001

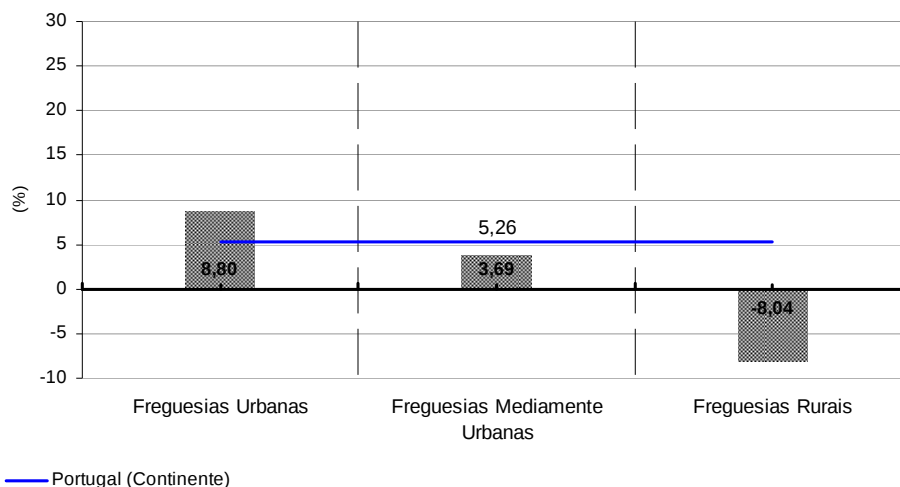
Tabela 3 - População residente em 1991, 2001, % de população por tipo de freguesia, evolução (%) 1991-2001 da população e da proporção no tipo de unidade em Portugal Continental e por tipo de freguesia

	População					
	1991		2001		1991-2001	
	N.º	%	N.º	%	%	no total
Portugal (Continente)	9375926	100,00	9869343	100,00	5,26	-
Freguesias Urbanas	6322786	67,44	6879007	69,70	8,80	3,36
Freguesias Mediamente Urbanas	1557794	16,61	1615244	16,37	3,69	-1,50
Freguesias Rurais	1495346	15,95	1375092	13,93	-8,04	-12,64

Fonte: INE/DGOTDU 1998; INE, Censos 2001

Regista-se, no período 1991 e 2001, um crescimento da população portuguesa no continente de 5,3%. No que respeita à distribuição populacional por unidade tipificada, as freguesias urbanas apresentam um crescimento positivo de 3,36% passando a representar 70% da população do continente com um crescimento absoluto de 8,8% de população entre o período em análise. As freguesias mediamente urbanas evoluíram, no período 1991/2001, cerca de 3,6% embora apresentem uma redução, cerca de -1,5%, na representação populacional total em Portugal Continental, evidenciando um aumento populacional mas, muito devido a um aumento mais significativo das populações em áreas urbanas, perdendo representação no total populacional de Portugal Continental. Confirmando a tendência de concentração populacional nas áreas urbanas verificada ao nível Europeu (cf. EU, 2007b), as freguesias rurais apresentam uma perda de cerca de 8% da população entre 1991 e 2001 e uma redução de -12,6% na representação face às outras unidades territoriais em análise.

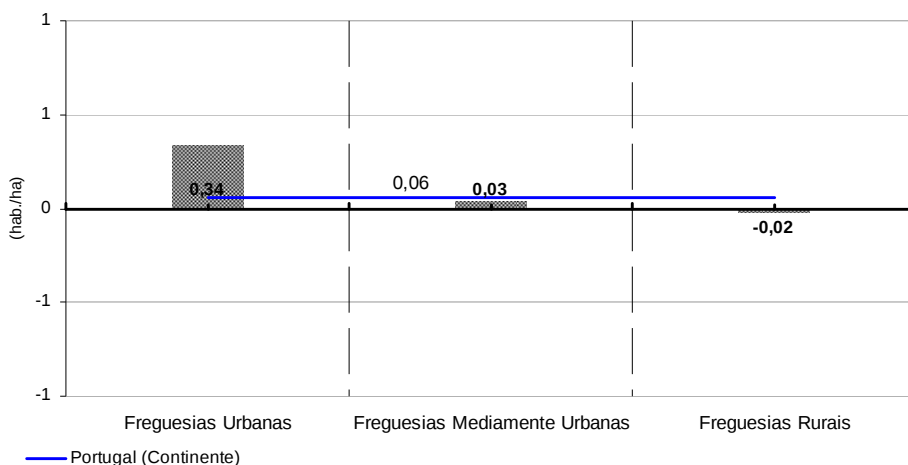
Gráfico 3 - Evolução (%) da população entre 1991-2001 em Portugal continental por tipo de freguesia



Fonte: INE/DGOTDU 1998; INE, Censos 2001

Quanto à evolução da densidade populacional (cf. Tabela 1), o aumento significativo que as freguesias urbanas apresentam face à média do continente, correspondente a mais de 50%. A tendência de evolução da densidade revela uma maior atracção das áreas urbanas entre 1991 e 2001, confirmado também pela representação populacional crescente que as freguesias urbanas representam face às outras unidades. Verificou-se também um aumento, embora ligeiro, na densidade populacional das freguesias mediamente urbanas enquanto as freguesias rurais, contrariando essa tendência, apresentam uma redução na densidade populacional de -0,02 hab/ha.

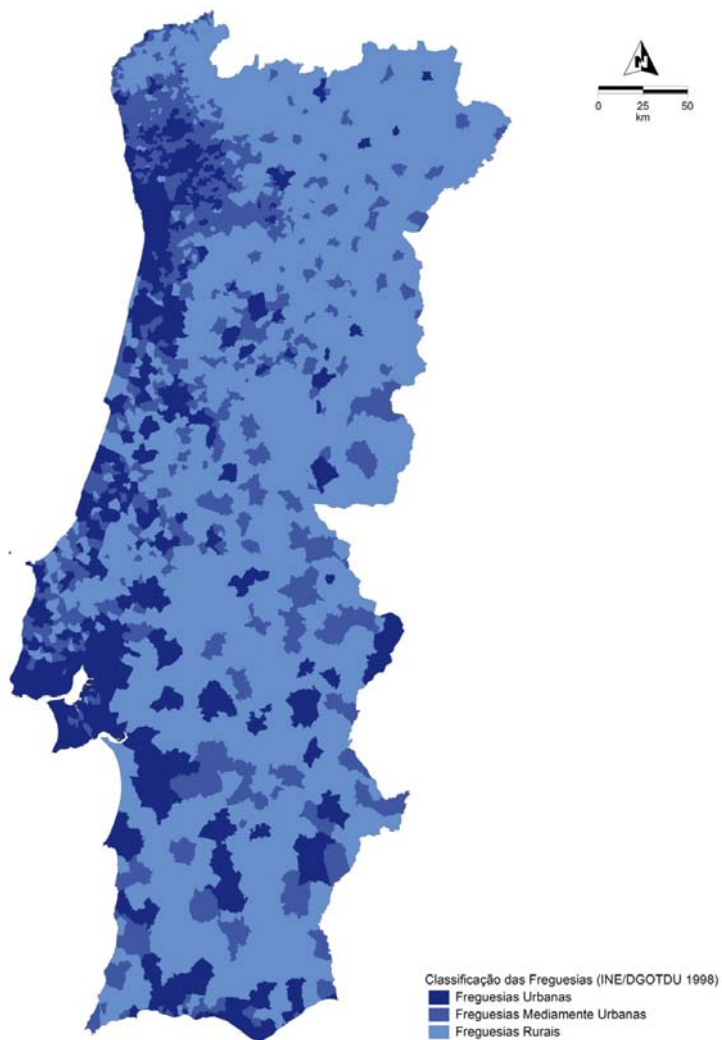
Gráfico 4 - Evolução da densidade populacional em Portugal Continental e por tipo de freguesia entre 1991 e 2001



Fonte: INE/DGOTDU 1998; INE, Censos 2001; CAOP, IGP 2001.

O Mapa n.º 1 apresenta a Tipologia das freguesias portuguesas segundo a Deliberação n.º 488/98 (CSE, 1998) evidenciando uma tendência de concentração urbana na área litoral, essencialmente agrupada em torno de pólos urbanos importantes como são as Capitais de Distrito, as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, e algumas sedes de concelho.

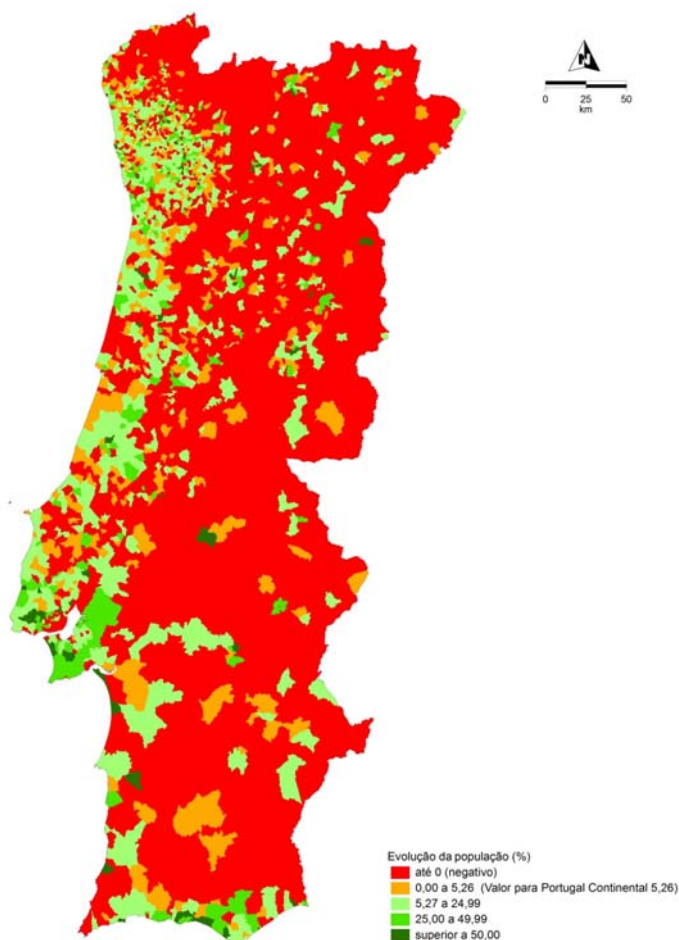
Mapa 1 - Freguesias Portuguesas (2001) por tipologia urbana em Portugal Continental



Fonte: INE/DGOTDU 1998; Base Cartográfica: CAOP, IGP 2001

No Mapa 2 está representada a evolução (%) da população residente em Portugal Continental entre 1991 e 2001. Confirma-se a tendência de aumento populacional em torno das áreas mais urbanizadas enquanto as áreas rurais apresentam, na sua maioria, uma perda populacional no período. Os aglomerados urbanos maiores, como as Áreas Metropolitanas, Sedes de Distrito ou de Concelho, apresentam uma redução populacional enquanto as periferias imediatas desses núcleos apresentam, na sua maioria,

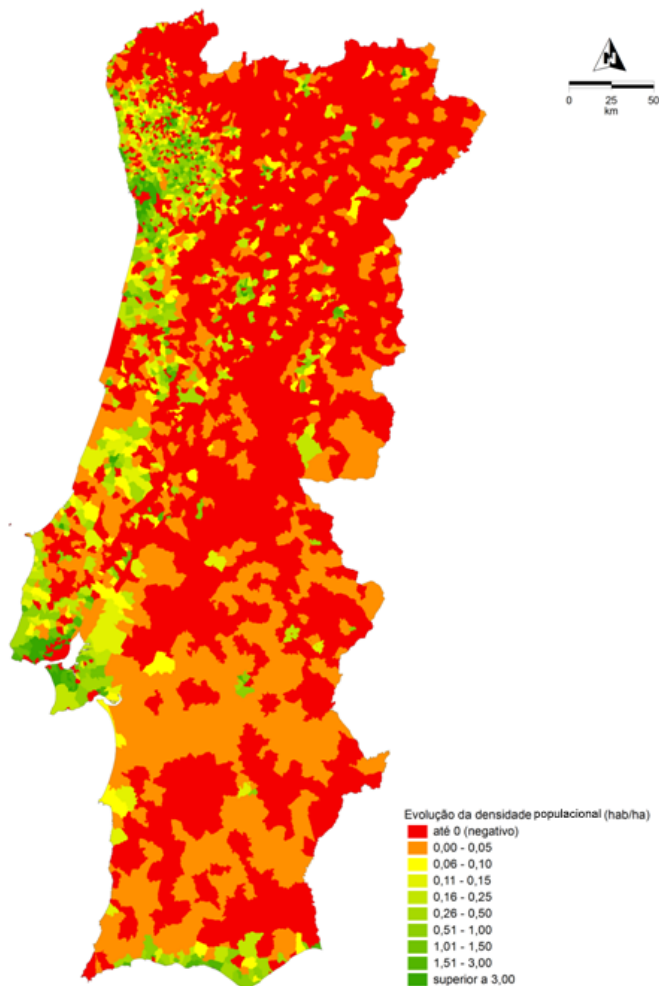
Mapa 2 – Evolução (%) da população residente entre 1991 e 2001 em Portugal Continental



Fonte: INE/DGOTDU 1998; Base Cartográfica: CAOP, IGP 2001

Em matéria de densidade populacional repete-se a tendência verificada para a população, com a perda de densidade nas áreas rurais e nas áreas centrais mais urbanizadas, aumentando a densidade populacional nas áreas circundantes às unidades centrais em estudo, representando a expansão urbana verificada entre 1991 e 2001.

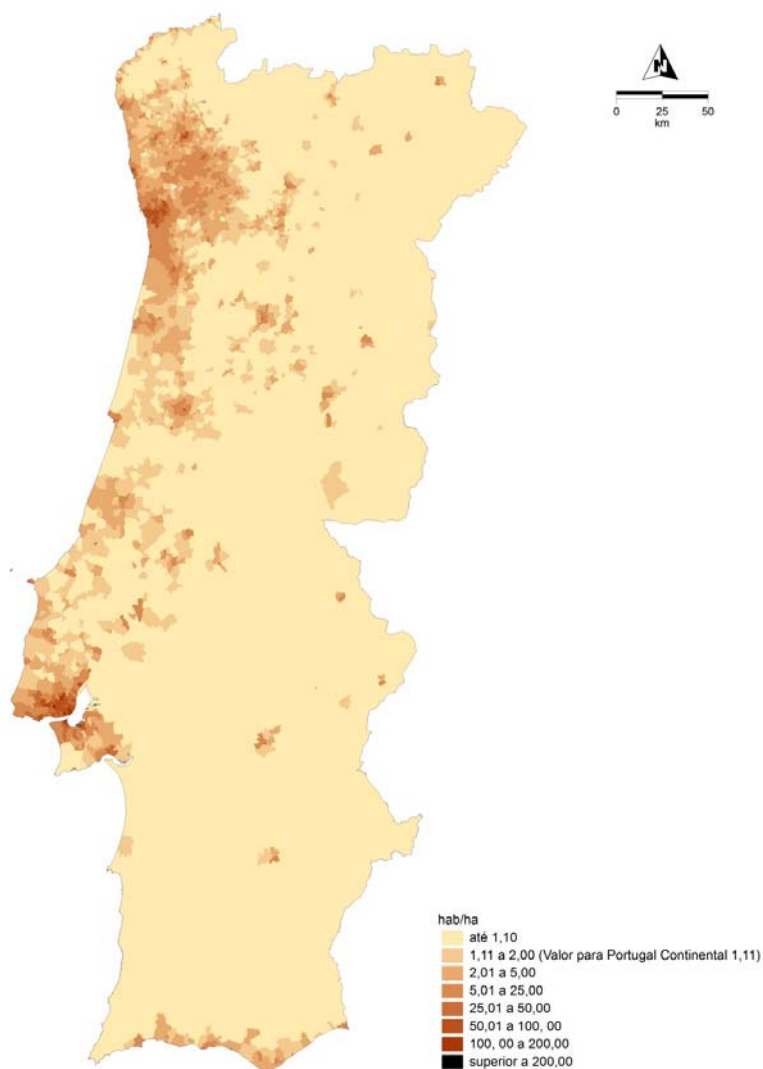
Mapa 3 – Evolução da densidade populacional (hab/ha) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental



Fonte: INE/DGOTDU 1998; Base Cartográfica: CAOP, IGP 2001

A situação do Continente português relativamente à densidade populacional em 2001 evidencia a concentração junto das freguesias urbanas (cf. Mapa 4 e Mapa 1), essencialmente junto ao litoral e junto das unidades administrativas pertencentes às Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, Sedes de Concelho ou Capitais de Distrito

Mapa 4 – Densidade populacional (hab/ha) em 2001 em Portugal Continental



Fonte: INE/DGOTDU 1998; Base Cartográfica: CAOP, IGP 2001

Atlas de Portugal [Continental] conforme às políticas europeias em matéria de U&OT como suporte à prática do urbanismo - AP_PEUOT

Com base no que foi exposto nos pontos anteriores, e tendo como referência os documentos europeus da política de U&OT, desenvolveu-se o Atlas de Portugal [Continental] conforme às políticas europeias em matéria de U&OT [AP_PEUOT] que apresenta a imagem do País quanto aos principais indicadores com referência às preocupações políticas da Europa em matéria de U&OT. A unidade de referência geográfica escolhida foi a freguesia por ser a mais pequena das unidades administrativas portuguesas – L4 no sistema estatístico europeu. Esta escolha permite que os dados apresentados possam ser agrupados, formando unidades maiores, que possibilitem uma análise dos factores para Unidades administrativas como Aglomerados, Concelhos, Sub-Regiões, Regiões, ou outras, que congreguem territórios sem definição administrativa oficial e que sejam objecto de estudo no âmbito do U&OT.

Para a construção do AP_PEUOT foram considerados os dados existentes ao nível da freguesia que, com base nos documentos europeus de referência, foram agrupados e disponibilizados, em tabela e gráfico, agrupados por tipologia das freguesias conforme à determinação do CSE (1998) -. Urbana, Mediamente Urbana e Rural. O conjunto de tabelas tem como objectivo disponibilizar informação complementar para o auxílio da leitura dos Mapas incluídos no AP_PEUOT

Os Mapas produzidos são o resultado de uma selecção cuidadosa de entre cerca de 400 mapas elaborados com base nos dados estatísticos existentes e as preocupações existentes nos documentos europeus, assegurando a leitura dos dados e uma maior pertinência em matéria de U&OT. A ordenação dos Mapas observa os temas apresentados no ponto 3.2 -.

O AP_PEUOT pretende estabelecer-se como uma ferramenta de divulgação e análise do território nacional com base nas políticas europeias em matéria de U&OT. O AP_PEUOT é disponibilizado em formato digital disponibilizado no servidor de mapas da ULHT [<http://mapas.ulusofona.pt>], servindo como ferramenta dinâmica de divulgação dos resultados desta investigação.

Nesta publicação não foram impressos os Mapas, devido à perda significativa de qualidade pela dimensão desta publicação que inviabilizaria a interpretação dos dados à escala de referência utilizada.

Deixamos aqui uma lista com os mapas disponíveis, em formato digital em <http://www.mapas.ulusofona.pt>, os mapas são acompanhados por tabelas e gráficos referentes aos dados trabalhados. No Servidor de mapas, pela disponibilização dos dados alfanuméricos. É possível a cada utilizador, com o recurso a ferramenta SIG a produção de mapas com unidade territorial mínima à Freguesia.

- Evolução (%) da população residente entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução da densidade populacional (hab/ha) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Densidade populacional (hab/ha) em 2001 em Portugal Continental
- Freguesias Portuguesas (2001) por tipologia urbana em Portugal Continental
- Freguesias portuguesas (Continente) por tipologia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução das áreas urbanas em Portugal Continental entre 1990 e 2001 com indicação da tipologia das freguesias
- Áreas urbanas em Portugal Continental em 2000, segundo a Carta *Corine Land Cover* 2000 (CLC 2000) com indicação da tipologia das freguesias
- Evolução (%) da população residente entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução (%) populacional entre 1990 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução da densidade populacional (hab/ha) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução da densidade populacional (hab/ha) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Densidade populacional (hab/ha) em 2001 em Portugal Continental
- Densidade populacional (hab/ha) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução da proporção de novos residentes (5 anos) (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução da proporção de novos residentes (5 anos) (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Proporção de novos residentes (5 anos) (%) em 2001 em Portugal Continental
- Proporção de novos residentes (5 anos) (%) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução da proporção da população entre os 0 e os 14 anos (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução da proporção da população entre os 0 e os 14 anos (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Proporção da população entre os 0 e os 14 anos (%) em 2001 em Portugal Continental
- Proporção da população entre os 0 e os 14 anos (%) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução da proporção da população em idade activa (15 - 64 anos) (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental -
- Evolução da proporção da população em idade activa (15 - 64 anos)28 (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Proporção da população em idade activa (15 - 64 anos) (%) em 2001 em Portugal

Continental -

- Proporção da população em idade activa (15 - 64 anos) (%) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998) -
- Evolução da proporção da população com 65 ou mais anos (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução da proporção da população com 65 ou mais anos (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Proporção da população com 65 ou mais anos (%) em 2001 em Portugal Continental
- Proporção da população com 65 ou mais anos (%) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução da proporção da população residente cujo principal meio de vida é o trabalho (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução da proporção da população residente cujo principal meio de vida é o trabalho (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Proporção da população residente cujo principal meio de vida é o trabalho (%) em 2001 em Portugal Continental
- Proporção da população residente cujo meio de vida é o trabalho (%) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução da proporção da população residente cujo principal meio de vida são subsídios (incluindo o Rendimento Mínimo Garantido para 2001) (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução da proporção da população residente cujo principal meio de vida são subsídios (incluindo o Rendimento Mínimo Garantido para 2001) (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Proporção da população residente cujo principal meio de vida são subsídios (incluindo o Rendimento Mínimo Garantido para 2001) (%) em 2001 em Portugal Continental
- Proporção da população residente cujo meio de vida são subsídios (incluindo o Rendimento Mínimo Garantido para 2001) (%) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução da proporção da população residente cujo principal meio de vida é pensão/reforma (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução da proporção da população residente cujo principal meio de vida é pensão/reforma (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Proporção da população residente cujo principal meio de vida é pensão/reforma (%) em 2001 em Portugal Continental

- Proporção da população residente cujo meio de vida é pensão/reforma (%) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução da proporção da população residente cujo principal meio de vida são rendimentos de propriedade ou empresa (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução da proporção da população residente cujo principal meio de vida são rendimentos de propriedade ou empresa (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Proporção da população residente cujo principal meio de vida são rendimentos de propriedade ou empresa (%) em 2001 em Portugal Continental
- Proporção da população residente cujo meio de vida são rendimentos de propriedade ou empresa (%) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução da proporção da população residente empregada (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução da proporção da população residente empregada (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Proporção da população residente empregada (%) em 2001 em Portugal Continental
- Proporção da população residente empregada (%) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução da proporção da população residente desempregada (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução da proporção da população residente desempregada (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Proporção da população residente desempregada (%) em 2001 em Portugal Continental
- Proporção da população residente desempregada (%) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução da proporção da população empregada no sector primário no total de empregados (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução da proporção da população empregada no sector primário no total de empregados (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Proporção da população empregada no sector primário no total de empregados (%) em 2001 em Portugal Continental
- Proporção da população empregada no sector primário no total de empregados (%) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução da proporção da população empregada no sector secundário no total de empregados (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental

- Evolução da proporção da população empregada no sector secundário no total de empregados (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Proporção da população empregada no sector secundário no total de empregados (%) em 2001 em Portugal Continental
- Proporção da população empregada no sector secundário no total de empregados (%) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução da proporção da população empregada no sector terciário no total de empregados (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução da proporção da população empregada no sector terciário no total de empregados (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Proporção da população empregada no sector terciário no total de empregados (%) em 2001 em Portugal Continental
- Proporção da população empregada no sector terciário no total de empregados (%) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução da proporção da população empregadora no total de empregados (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução da proporção da população empregadora no total de empregados (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Proporção da população empregadora no total de empregados (%) em 2001 em Portugal Continental
- Proporção da população empregadora no total de empregados (%) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução da proporção dos trabalhadores por conta própria no total de empregados (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução da proporção dos trabalhadores por conta própria no total de empregados (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Proporção dos trabalhadores por conta própria no total de empregados (%) em 2001 em Portugal Continental
- Proporção dos trabalhadores por conta própria no total de empregados (%) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução da proporção dos trabalhadores por conta de outrem no total de empregados (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução da proporção dos trabalhadores por conta de outrem no total de empregados (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)

- Proporção dos trabalhadores por conta de outrem no total de empregados (%) em 2001 em Portugal Continental
- Proporção dos trabalhadores por conta de outrem no total de empregados (%) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução da taxa de analfabetismo (na população com 10 e mais anos) (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução da taxa de analfabetismo (na população com 10 e mais anos) (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Taxa de analfabetismo (na população com 10 e mais anos) (%) em 2001 em Portugal Continental
- Taxa de analfabetismo (na população com 10 e mais anos) (%) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução da proporção da população com pelo menos o ensino básico 3º ciclo completo na população alvo (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução da proporção da população com pelo menos o ensino básico 3º ciclo completo na população alvo²⁹ (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Proporção da população com pelo menos o ensino básico 3º ciclo completo na população alvo (%) em 2001 em Portugal Continental
- Proporção da população com pelo menos o ensino básico 3º ciclo completo na população alvo 30 (%) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Proporção da população com pelo menos o ensino básico 3º ciclo completo na população alvo, incluindo os habilitados com ensino superior (%) em 2001 em Portugal Continental
- Proporção da população com pelo menos o ensino básico 3º ciclo completo incluindo a população habilitada com ensino superior³¹ na população alvo (%) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução da proporção da população com o 3º ciclo do ensino básico completo na população com 15 e mais anos (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução da proporção da população com o 3º ciclo do ensino básico completo na população com 15 e mais anos (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Proporção da população com o 3º ciclo do ensino básico completo na população com 15 e mais anos (%) em 2001 em Portugal Continental
- Proporção da população com o 3º ciclo do ensino básico completo na população com 15 e mais anos (%) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução da proporção da população com o ensino secundário completo na população com 20 e mais anos (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental

- Evolução da proporção da população com o ensino secundário completo na população com 20 e mais anos (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Proporção da população com o ensino secundário completo na população com 20 e mais anos (%) em 2001 em Portugal Continental
- Proporção da população com o ensino secundário completo na população com 20 e mais anos (%) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Proporção da população com o ensino superior completo na população com 25 e mais anos (%) em 2001 em Portugal Continental
- Proporção da população com o ensino secundário completo na população com 20 e mais anos (%) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução do número de famílias (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução do número de famílias (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução da dimensão média das famílias (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução da dimensão média das famílias (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Dimensão média das famílias (hab/fam.) em 2001 em Portugal Continental
- Dimensão média das famílias (hab/fam.) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução da proporção de famílias com 1 elemento (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução da proporção de famílias com 1 elemento (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Proporção de famílias com 1 elemento (%) em 2001 em Portugal Continental
- Proporção de famílias com 1 elemento (%) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução da proporção de famílias com 3 elementos (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução da proporção de famílias com 3 elementos (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Proporção de famílias com 3 elementos (%) em 2001 em Portugal Continental
- Proporção de famílias com 3 elementos (%) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução da proporção de famílias com 5 ou mais elementos (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental

- Evolução da proporção de famílias com 5 ou mais elementos (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Proporção de famílias com 5 ou mais elementos (%) em 2001 em Portugal Continental
- Proporção de famílias com 5 ou mais elementos (%) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução do número de edifícios (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução do número de edifícios (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Densidade de edifícios (edif./ha) em 2001 em Portugal Continental
- Densidade de edifícios (edif./ha) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução da proporção de edifícios exclusivamente residenciais (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução da proporção de edifícios exclusivamente residenciais (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Proporção de edifícios exclusivamente residenciais (%) em 2001 em Portugal Continental
- Proporção de edifícios exclusivamente residenciais (%) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução da proporção de edifícios com um piso (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução da proporção de edifícios com um piso (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Proporção de edifícios com um piso (%) em 2001 em Portugal Continental
- Proporção de edifícios com um piso (%) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução da proporção de edifícios com quatro ou mais pisos (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução da proporção de edifícios com quatro ou mais pisos (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Proporção de edifícios com quatro ou mais pisos (%) em 2001 em Portugal Continental
- Proporção de edifícios com quatro ou mais pisos (%) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução da proporção de edifícios com um alojamento (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução da proporção de edifícios com um alojamento (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Proporção de edifícios com um alojamento (%) em 2001 em Portugal Continental

- Proporção de edifícios com um alojamento (%) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução da proporção de edifícios com quatro ou mais alojamentos (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução da proporção de edifícios com quatro ou mais alojamentos (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Proporção de edifícios com quatro ou mais alojamentos (%) em 2001 em Portugal Continental
- Proporção de edifícios com quatro ou mais alojamentos (%) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução do Índice de envelhecimento dos edifícios entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução do Índice de envelhecimento dos edifícios entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Índice de envelhecimento dos edifícios em 2001 em Portugal Continental
- Índice de envelhecimento dos edifícios em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução da proporção de edifícios construídos há menos de 10 anos (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução da proporção de edifícios construídos há menos de 10 anos (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Proporção de edifícios construídos há menos de 10 anos (%) em 2001 em Portugal Continental
- Proporção de edifícios construídos há menos de 10 anos (%) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução do número de alojamentos familiares (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução do número de alojamentos familiares (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução Número médio de alojamentos familiares por família entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução Número médio de alojamentos familiares por família entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Número médio de alojamentos familiares por família em 2001 em Portugal Continental
- Número médio de alojamentos familiares por família em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução da população por alojamento familiar clássico entre 1991 e 2001 em Portugal Continental

- Evolução da população por alojamento familiar clássico entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- População por alojamento familiar clássico em 2001 em Portugal Continental
- População por alojamento familiar clássico 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução do número de alojamentos não clássicos (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução do número de alojamentos não clássicos (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução da proporção de alojamentos familiares não clássicos (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução da proporção de alojamentos familiares não clássicos (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Proporção de alojamentos familiares não clássicos (%) em 2001 em Portugal Continental
- Proporção de alojamentos familiares não clássicos (%) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução da proporção de alojamentos familiares de residência habitual (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução da proporção de alojamentos familiares de residência habitual (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Proporção de alojamentos familiares de residência habitual (%) em 2001 em Portugal Continental
- Proporção de alojamentos familiares de residência habitual (%) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução da proporção de alojamentos familiares de uso sazonal ou secundário (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução da proporção de alojamentos familiares de uso sazonal ou secundário (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Proporção de alojamentos familiares de uso sazonal ou secundário (%) em 2001 em Portugal Continental
- Proporção de alojamentos familiares de uso sazonal ou secundário (%) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução da proporção de alojamentos familiares vagos (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução da proporção de alojamentos familiares vagos (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Proporção de alojamentos familiares vagos (%) em 2001 em Portugal Continental
- Proporção de alojamentos familiares vagos (%) em 2001 em Portugal Continental

por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)

- Evolução da proporção de alojamentos familiares de residência habitual servidos com electricidade (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução da proporção de alojamentos familiares de residência habitual servidos com electricidade (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Proporção de alojamentos familiares de residência habitual servidos com electricidade (%) em 2001 em Portugal Continental
- Proporção de alojamentos familiares de residência habitual servidos com electricidade (%) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução da proporção de alojamentos familiares de residência habitual servidos com água canalizada (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução da proporção de alojamentos familiares de residência habitual servidos com água canalizada (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Proporção de alojamentos familiares de residência habitual servidos com água canalizada (%) em 2001 em Portugal Continental
- Proporção de alojamentos familiares de residência habitual servidos com água canalizada (%) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução da proporção de alojamentos familiares de residência habitual servidos com sistema de esgoto (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução da proporção de alojamentos familiares de residência habitual servidos com sistema de esgoto (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Proporção de alojamentos familiares de residência habitual servidos com sistema de esgoto (%) em 2001 em Portugal Continental
- Proporção de alojamentos familiares de residência habitual servidos com sistema de esgoto (%) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução da proporção de alojamentos familiares de residência habitual com proprietário ocupante (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução da proporção de alojamentos familiares de residência habitual com proprietário ocupante (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Proporção de alojamentos familiares de residência habitual com proprietário ocupante (%) em 2001 em Portugal Continental

- Proporção de alojamentos familiares de residência habitual com proprietário ocupante (%) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução da proporção de alojamentos familiares de residência habitual arrendados (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução da proporção de alojamentos familiares de residência habitual arrendados (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Proporção de alojamentos familiares de residência habitual arrendados (%) em 2001 em Portugal Continental
- Proporção de alojamentos familiares de residência habitual arrendados (%) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução da proporção de alojamentos familiares de residência habitual com proprietário ocupante com encargos de aquisição (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução da proporção de alojamentos familiares de residência habitual com proprietário ocupante com encargos de aquisição (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Proporção de alojamentos familiares de residência habitual com proprietário ocupante com encargos de aquisição (%) em 2001 em Portugal Continental
- Proporção de alojamentos familiares de residência habitual com proprietário ocupante com encargos de aquisição (%) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Encargo médio em habitação devido a aquisição de alojamentos familiares de residência habitual (%) em 2001 em Portugal Continental
- Encargo médio em habitação devido a aquisição de alojamentos familiares de residência habitual (%) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Encargo médio em habitação devido ao arrendamento de alojamentos familiares de residência habitual (%) em 2001 em Portugal Continental
- Encargo médio em habitação devido ao arrendamento de alojamentos familiares de residência habitual (%) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução da proporção de alojamentos familiares de residência habitual T3 (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução da proporção de alojamentos familiares de residência habitual T3 (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução da proporção de população (respondente) que trabalha ou estuda na mesma freguesia de residência (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental

- Evolução proporção de população (respondente) que trabalha ou estuda na mesma freguesia de residência (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Proporção de população (respondente) que trabalha ou estuda na mesma freguesia de residência (%) em 2001 em Portugal Continental
- Proporção de população (respondente) que trabalha ou estuda na mesma freguesia de residência (%) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução da proporção de população (respondente) que trabalha ou estuda noutra freguesia do concelho de residência (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução proporção de população (respondente) que trabalha ou estuda noutra freguesia do concelho de residência (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Proporção de população (respondente) que trabalha ou estuda noutra freguesia do concelho de residência (%) em 2001 em Portugal Continental
- Proporção de população (respondente) que trabalha ou estuda noutra freguesia do concelho de residência (%) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução da proporção de população (respondente) que trabalha ou estuda noutro concelho que não o de residência (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução proporção de população (respondente) que trabalha ou estuda noutro concelho que não o de residência (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Proporção de população (respondente) que trabalha ou estuda noutro concelho que não o de residência (%) em 2001 em Portugal Continental
- Proporção de população (respondente) que trabalha ou estuda noutro concelho que não o de residência (%) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução da proporção de população (respondente) que trabalha ou estuda que numa ida casa - trabalho/escola se movimenta a pé (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução da proporção de população (respondente) que trabalha ou estuda que numa ida casa - trabalho/escola se movimenta a pé (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Proporção de população (respondente) que trabalha ou estuda que numa ida casa - trabalho/escola se movimenta a pé (%) em 2001 em Portugal Continental

- Proporção de população (respondente) que trabalha ou estuda que numa ida casa - trabalho/escola se movimenta a pé (%) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Proporção de população (respondente) que trabalha ou estuda que numa ida casa - trabalho/escola se movimenta a pé (%) nas as unidades onde esse meio é mais utilizado em 2001 em Portugal Continental
- Proporção de população (respondente) que trabalha ou estuda que numa ida casa - trabalho/escola se movimenta a pé (%) nas as unidades onde esse meio é mais utilizado em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução da proporção de população (respondente) que trabalha ou estuda que numa ida casa - trabalho/escola se movimenta de transportes colectivos (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução da proporção de população (respondente) que trabalha ou estuda que numa ida casa - trabalho/escola se movimenta de transportes colectivos (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Proporção de população (respondente) que trabalha ou estuda que numa ida casa - trabalho/escola se movimenta de transportes colectivos (%) em 2001 em Portugal Continental
- Proporção de população (respondente) que trabalha ou estuda que numa ida casa - trabalho/escola se movimenta de transportes colectivos (%) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Proporção de população (respondente) que trabalha ou estuda que numa ida casa - trabalho/escola se movimenta de transportes colectivos (%) nas unidades onde esse meio é mais utilizado em 2001 em Portugal Continental
- Proporção de população (respondente) que trabalha ou estuda que numa ida casa - trabalho/escola se movimenta de transportes colectivos (%) nas unidades onde esse meio é mais utilizado em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução da proporção de população (respondente) que trabalha ou estuda que numa ida casa - trabalho/escola se movimenta de transporte particular (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução da proporção de população (respondente) que trabalha ou estuda que numa ida casa - trabalho/escola se movimenta de transporte particular (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Proporção de população (respondente) que trabalha ou estuda que numa ida casa - trabalho/escola se movimenta de transporte particular (%) em 2001 em Portugal Continental
- Proporção de população (respondente) que trabalha ou estuda que numa ida casa - trabalho/escola se movimenta de transporte particular (%) em 2001 em Portugal Continental

Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)

- Proporção de população (respondente) que trabalha ou estuda que numa ida casa - trabalho/escola se movimenta de transporte particular (%) nas unidades onde esse meio é mais utilizado em 2001 em Portugal Continental
- Proporção de população (respondente) que trabalha ou estuda que numa ida casa - trabalho/escola se movimenta de transporte particular (%) nas unidades onde esse meio é mais utilizado em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Alteração do meio de transporte mais utilizado pela população (respondente) que trabalha ou estuda que numa ida casa - trabalho/escola entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Alteração do meio de transporte mais utilizado pela população (respondente) que trabalha ou estuda que numa ida casa - trabalho/escola entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Meio de transporte mais utilizado pela população (respondente) que trabalha ou estuda que numa ida casa - trabalho/escola em 2001 em Portugal Continental
- Meio de transporte mais utilizado pela população (respondente) que trabalha ou estuda que numa ida casa - trabalho/escola em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução da proporção de população (respondente) que trabalha ou estuda que numa ida casa - trabalho/escola gasta menos de 15 minutos (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução da proporção de população (respondente) que trabalha ou estuda que numa ida casa - trabalho/escola gasta menos de 15 minutos (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Proporção de população (respondente) que trabalha ou estuda que numa ida casa - trabalho/escola gasta menos de 15 minutos (%) em 2001 em Portugal Continental
- Proporção de população (respondente) que trabalha ou estuda que numa ida casa - trabalho/escola gasta menos de 15 minutos (%) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução da proporção de população (respondente) que trabalha ou estuda que numa ida casa - trabalho/escola gasta mais de 15 minutos (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução da proporção de população (respondente) que trabalha ou estuda que numa ida casa - trabalho/escola gasta mais de 15 minutos (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Proporção de população (respondente) que trabalha ou estuda que numa ida casa -trabalho/escola gasta mais de 15 minutos (%) em 2001 em Portugal Continental

- Proporção de população (respondente) que trabalha ou estuda que numa ida casa -trabalho/escola gasta mais de 15 minutos (%) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução do tempo médio que a população (respondente) que trabalha ou estuda gasta numa ida casa - trabalho/escola (min.) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução do tempo médio que a população (respondente) que trabalha ou estuda gasta numa ida casa - trabalho/escola (min.) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Tempo médio que a população (respondente) que trabalha ou estuda gasta numa ida casa - trabalho/escola (min.) em 2001 em Portugal Continental
- Tempo médio que a população (respondente) que trabalha ou estuda gasta numa ida casa - trabalho/escola (min.) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Tempo médio que a população (respondente) que trabalha ou estuda gasta numa ida e vinda casa -trabalho/escola (min.) (2x tempo médio de uma viagem) em 2001 em Portugal Continental
- Tempo médio que a população (respondente) que trabalha ou estuda gasta numa ida e vinda casa -trabalho/escola (min.) (2x tempo médio de uma viagem) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução do número de viaturas em circulação utilizadas pela população (respondente) que trabalha ou estuda numa ida casa - trabalho/escola (n.º) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução do número de viaturas em circulação utilizadas pela população (respondente) que trabalha ou estuda numa ida casa - trabalho/escola (n.º) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Número médio de viaturas em circulação utilizadas pela população (respondente) que trabalha ou estuda numa ida casa - trabalho/escola por habitante (viaturas/hab.) em 2001 em Portugal Continental
- Número médio de viaturas em circulação utilizadas pela população (respondente) que trabalha ou estuda numa ida casa - trabalho/escola por habitante (viaturas/hab.) em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Evolução da média de ocupantes de viaturas em circulação utilizadas pela população (respondente) que trabalha ou estuda numa ida casa - trabalho/escola (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental
- Evolução da média de ocupantes de viaturas em circulação utilizadas pela população (respondente) que trabalha ou estuda numa ida casa - trabalho/escola (%) entre 1991 e 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)

- Número médio de ocupantes de viaturas em circulação utilizadas pela população (respondente) que trabalha ou estuda numa ida casa - trabalho/escola em 2001 em Portugal Continental
- Número médio de ocupantes de viaturas em circulação utilizadas pela população (respondente) que trabalha ou estuda numa ida casa - trabalho/escola em 2001 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Freguesias servidas com transporte público local em 2002 em Portugal Continental
- Freguesias servidas com transporte público local em 2002 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Freguesias servidas com posto ou estação de correios em 2002 em Portugal Continental
- Freguesias servidas com posto ou estação de correios em 2002 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Freguesias com distribuição de correio por frequência dessa distribuição em 2002 em Portugal Continental
- Freguesias com distribuição de correio por frequência dessa distribuição em 2002 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Freguesias com serviço de internet em 2002 em Portugal Continental
- Freguesias com serviço de internet em 2002 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Freguesias por disponibilidade de redes móveis de telecomunicações em 2002 em Portugal Continental
- Freguesias por disponibilidade de redes móveis de telecomunicações em 2002 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Freguesias por existência de pelo menos um estabelecimento de venda de bens de consumo (hipermercado, supermercado, minimercado ou mercearia) em 2002 em Portugal Continental
- Freguesias por existência de pelo menos um estabelecimento de venda de bens de consumo (hipermercado, supermercado, minimercado ou mercearia) em 2002 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Freguesias por existência de pelo menos um equipamento público de prestação de cuidados de saúde (hospital, centro de saúde ou sua extensão) em 2002 em Portugal Continental
- Freguesias por existência de pelo menos um equipamento público de prestação de cuidados de saúde (hospital, centro de saúde ou sua extensão) em 2002 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Freguesias por existência de pelo menos um equipamento público ou privado de prestação de cuidados de saúde (hospital, centro de saúde ou sua extensão, clínica) em 2002 em Portugal Continental

- Freguesias por existência de pelo menos um equipamento público ou privado de prestação de cuidados de saúde (hospital, centro de saúde ou sua extensão, clínica) 2002 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Freguesias por existência de creche em 2002 em Portugal Continental
- Freguesias por existência de creche em 2002 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Habitantes (média) entre os 0 e os 4 anos por creche nas freguesias com esse equipamento em 2002 em Portugal Continental
- Habitantes (média) entre os 0 e os 4 anos por creche nas freguesias com esse equipamento em 2002 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Freguesias por existência de pelo menos um equipamento de apoio à população idosa (centro de dia ou lar) em 2002 em Portugal Continental
- Freguesias por existência de pelo menos um equipamento de apoio à população idosa (centro de dia ou lar) em 2002 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Habitantes (média) com mais de 80 anos por equipamento de apoio social aos idosos nas freguesias com esse equipamento em 2002 em Portugal Continental
- Habitantes (média) com mais de 80 anos por equipamento de apoio social aos idosos nas freguesias com esse equipamento em 2002 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Freguesias por existência de estabelecimento de ensino pré - escolar em 2002 em Portugal Continental
- Freguesias por existência de estabelecimento de ensino pré - escolar em 2002 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Habitantes (média) entre os 0 e os 4 anos por estabelecimento de ensino pré - escolar nas freguesias com esse equipamento em 2002 em Portugal Continental
- Habitantes (média) entre os 0 e os 4 anos por estabelecimento de ensino pré - escolar nas freguesias com esse equipamento em 2002 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Freguesias por existência de estabelecimento do 1º ciclo do ensino básico em 2002 em Portugal Continental
- Freguesias por existência de estabelecimento do 1º ciclo do ensino básico em 2002 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Habitantes (média) entre os 5 e os 9 anos por estabelecimento de ensino 1º ciclo do ensino básico nas freguesias com esse equipamento em 2002 em Portugal Continental
- Habitantes (média) entre os 5 e os 9 anos por estabelecimentos de ensino 1º ciclo do ensino básico nas freguesias com esse equipamento em 2002 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)

- Freguesias por existência de estabelecimento do 2º ciclo do ensino básico em 2002 em Portugal Continental
- Freguesias por existência de estabelecimento do 2º ciclo do ensino básico em 2002 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Freguesias por existência de estabelecimento do 3º ciclo do ensino básico em 2002 em Portugal Continental
- Freguesias por existência de estabelecimento do 3º ciclo do ensino básico em 2002 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Freguesias por existência de estabelecimento do ensino básico completo (1º, 2º e 3º ciclos) em 2002 em Portugal Continental
- Freguesias por existência de estabelecimento do ensino básico completo (1º, 2º e 3º ciclos) em 2002 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Freguesias por existência de estabelecimento do ensino secundário em 2002 em Portugal Continental
- Freguesias por existência de estabelecimento do ensino secundário em 2002 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Freguesias por existência de estabelecimento do ensino superior em 2002 em Portugal Continental
- Freguesias por existência de estabelecimento do ensino superior em 2002 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Freguesias por existência de (pelo menos um) equipamento desportivo em 2002 em Portugal Continental
- Freguesias por existência de (pelo menos um) equipamento desportivo em 2002 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Habitantes (média) por equipamento desportivo nas freguesias com esse equipamento em 2002 em Portugal Continental
- Habitantes (média) por equipamento desportivo nas freguesias com esse equipamento em 2002 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Freguesias por existência de posto de polícia (PSP/GNR) em 2002 em Portugal Continental
- Freguesias por existência de posto de polícia (PSP/GNR) I em 2002 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Freguesias por existência e cobertura do sistema público de águas residuais (esgoto) em 2002 em Portugal Continental
- Freguesias por existência e cobertura do sistema público de águas residuais (esgoto) em 2002 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)

- Freguesias com sistema público de águas residuais (esgoto) e por existência de sistema de tratamento de águas residuais e proporção de água residual tratada (%) em 2002 em Portugal Continental
- Freguesias com sistema público de águas residuais (esgoto) e por existência de sistema de tratamento de águas residuais e proporção de água residual tratada (%) em 2002 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Freguesias por existência e cobertura de sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos em 2002 em Portugal Continental
- Freguesias por existência e cobertura de sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos em 2002 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Freguesias com existência de sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos e frequência dessa recolha em 2002 em Portugal Continental
- Freguesias com existência de sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos e frequência dessa recolha em 2002 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)
- Freguesias por existência de sistema de recolha selectiva de resíduos sólidos urbanos em 2002 em Portugal Continental
- Freguesias por existência de sistema de recolha selectiva de resíduos sólidos urbanos em 2002 em Portugal Continental por tipo de freguesia (INE/DGOTDU 1998)

